

SED
Secretaria de Estado
de Educação



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO **ENSINO MÉDIO**

REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO DO SUL

ORGANIZADORES

Helio Queiroz Daher

Davi de Oliveira Santos

Marcia Proescholdt Wilhelms

SED-MS • 2021/2022





**PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO
DO NOVO,
ENSINO MÉDIO**

REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO DO SUL



REINALDO AZAMBUJA SILVA

Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

MURILO ZAUITH

Vice-Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA

Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO

Secretário-Adjunto de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul

HELIO QUEIROZ DAHER

Superintendente de Políticas Educacionais

DAVI DE OLIVEIRA SANTOS

Coordenador de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional

Comissão Estadual

Maria Cecília Amendola da Motta

Titular da Secretaria de Estado de Educação

Helio Queiroz Daher

Superintendente de Políticas Educacionais

Paulo Cezar Rodrigues dos Santos

Superintendente de Informação e Tecnologia

Wellington Fernando Modesto da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

Soraya Regina de Hungria Cruz

Superintendente de Planejamento e Apoio Institucional

Mary Nilce Peixoto dos Santos

Superintendente de Administração das Regionais

Anderson Soares Jbara

Superintendente de Administração, Orçamento e Finanças

Paulo Henrique Malacrida

Diretor-Geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar

Comissão Executiva

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – COPEMEP

Cristiane Yoko Koyanagui da Costa
Lyvia Olarte de Moura
Paula Pantalena
Vaneide Barbosa e Araújo Silva

COORDENADORIA DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA A EDUCAÇÃO – COPEED

Ana Donato

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – COPEF

Daniele Tais

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL – COPESP

Janaina de Jesus Fernandes Belato

COORDENADORIA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL – COPED

José Augusto da Silva

COORDENADORIA DE CORREÇÃO DE FLUXO – CCORF

Jean Carlos

COORDENADORIA DE NORMATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS – CONPED

Adriana Cátia

COORDENADORIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CFOR

Estela Mara de Andrade

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASSCOM

Marcus Vinicius Espíndola de Souza

COORDENADORIA DE GESTÃO ESCOLAR – COGES

Margarete Toribio

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS – COINGE

Karin Astrid Marques dos Santos

COORDENADORIA DE LOTAÇÃO – CORLOT

Tânia Cristina Barreto de Souza Bello

COORDENADORIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL – COTED

Morgana Duenha Rodrigues

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – CODITEC

Manuel Dantes Nunes

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA – COINF

Patrícia Marques Cogorno Menezes

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COFIN

Carla Renata Bassi

COORDENADORIA DE CONVÊNIOS – CCONV

Andrea Cristina Souza Lima

COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – COALE

Jackeline Veras de Souza

ASSESSORIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – ASIB

Daniel Greco Aith

Larissa Moreira

Priscila Rodrigues Gomes

Equipe de Implementação

Bruna Ribeiro Diniz Campos
Cristiane Yoko Koyanagui da Costa
Daniel Greco Aith
Davi de Oliveira Santos
Lyvia Olarte de Moura
Marcia Proescholdt Wilhelms
Priscila Rodrigues Gomes

Revisão de Normalização

Bruna Ribeiro Diniz Campos
Daniel Greco Aith
José Moacir de Aquino
Lyvia Olarte de Moura

Revisão Linguística e Ortográfica

Vanderlis Legramante Barbosa

Design Gráfico e Diagramação

Cezar Luiz Galhardo Vendas
Willian Pinto Manvailer

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- AIEMS** – Avaliação Institucional Externa
- AJA** – Avanço do Jovem na Aprendizagem
- APM** – Associação de Pais e Mestres
- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- CAEE** – Centro de Atendimento Educacional Especializado
- CEE/MS** – Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul
- CFOR** – Coordenadoria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CONSED** – Conselho Nacional de Secretários de Educação
- COPEMEP** – Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional
- COPESP** – Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial
- COTED** – Coordenadoria de Tecnologia Educacional
- CRE** – Coordenadoria Regional de Educação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INSE** – Indicador de Nível Socioeconômico
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- NEM** – Novo Ensino Médio
- PDDE** – Programa Dinheiro Direto na Escola
- PEA** – População Economicamente Ativa
- PEE/MS** – Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul
- PLI** – Plano de Implementação do Novo Ensino Médio na REE/MS
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- PPP** – Projeto Político-Pedagógico
- ProBNCC** – Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular
- REE/MS** – Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul
- SED/MS** – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
- SGDE** – Sistema de Gestão de Dados Escolares
- SITEC** – Superintendência de Informação e Tecnologia
- STE** – Sala de Tecnologia Educacional
- SUGESP** – Superintendência de Gestão de Pessoas
- UNDIME** – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	07
2.	MARCOS LEGAIS.....	08
3.	OBJETIVOS GERAIS E METAS.....	10
4.	DIAGNÓSTICO DA REDE.....	11
4.1	UNIDADES ESCOLARES.....	12
4.1.1	Quantitativo.....	12
4.1.2	Infraestrutura.....	18
4.2	DOCENTES.....	19
4.3	ESTUDANTES.....	21
4.3.1	Estudante com Atendimento Educacional Especializado.....	21
4.4	PROCESSO DE ESCUTA DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	22
5.	PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	27
5.1	CURRÍCULO.....	27
5.2	FORMAÇÃO CONTINUADA.....	28
5.3	RECURSOS DESCENTRALIZADOS.....	29
5.3.1	Repasse de Manutenção Escolar.....	30
5.3.2	Alimentação Escolar.....	30
5.3.3	Transporte Escolar.....	31
5.4	ARTICULAÇÃO COM PARCEIROS LOCAIS.....	32
5.5	COMUNICAÇÃO PARA INFORMAR À COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO.....	33
5.6	MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR PARA ENVOLVIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO.....	35
5.7	ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO.....	39
5.8	ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA A EQUIDADE URBANO-RURAL E SOCIAL.....	40
5.9	SISTEMA DE MATRÍCULAS E CONTRATAÇÃO.....	41
6.	MATRIZ DE INDICADORES.....	43
6.1	PERCENTUAL DE ESCOLAS COM CARGA HORÁRIA DE PELO MENOS MIL HORAS ANUAIS.....	43
6.2	TAXAS DE RENDIMENTO.....	43
6.2.1	Taxas de aprovação das escolas de Ensino Médio da REE/MS.....	43
6.2.2	Taxas de reprovação das escolas de Ensino Médio da REE/MS.....	44
6.2.3	Taxas de abandono e reprovação das escolas de Ensino Médio da REE/MS.....	44
6.3	VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DA REE/MS.....	45
6.4	OUTROS INDICADORES.....	45
ANEXO	46



1. INTRODUÇÃO

A Lei n. 13.415/2017 alterou as diretrizes e bases da educação nacional (Lei n. 9.394/1996), reformando o Ensino Médio de todo o país. Nessa senda, desdobrou-se a tarefa de implementar a nova arquitetura dessa etapa de ensino, que será composta por Formação Geral Básica – FGB e Itinerário Formativo – IF, indissociavelmente.

A Formação Geral Básica será organizada por meio de competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social. Por sua vez, o Itinerário Formativo será organizado por meio de arranjos curriculares que possibilitem aos estudantes aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos e/ou para o mundo do trabalho.

Outra alteração significativa que a reforma trouxe ao Ensino Médio é a ampliação progressiva da carga horária anual, de 800 horas para 1.400 horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, até 2022, pelo menos 1.000 horas anuais de carga horária.

Desse modo, o Estado de Mato Grosso do Sul tem o desafio de implementar o Novo Ensino Médio – NEM em todas as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino – REE/MS, em consonância com a legislação supracitada e com a Portaria MEC n. 649/2018, que instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, com a finalidade de dar suporte às unidades federativas no cumprimento dessa demanda.

Para isso, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED/MS, por meio da Resolução/SED n. 3.776/2020, instituiu o Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio com vistas à elaboração deste Plano de Implementação – PLI, bem como o acompanhamento de sua execução.

O objetivo central do PLI é estabelecer um panorama geral da REE/MS e, a partir dele, definir as ações necessárias aos diversos setores da SED/MS e da REE/MS para a implementação do NEM. Por fim, o PLI traz uma matriz de indicadores para o acompanhamento da execução dessas ações.

Nesse sentido, a construção do PLI ocorreu de forma participativa e colaborativa com os vários setores da SED/MS, evidenciando as diversas contribuições até 2020. Inclui-se, também, o processo de escuta ativa da comunidade escolar, visando garantir uma educação democrática e de qualidade para todos os estudantes dessa etapa de ensino.



2. MARCOS LEGAIS

Inicialmente, é de suma importância entender os marcos legais que contribuíram com a reforma do Ensino Médio. Foram instituídas normativas, em âmbito federal, delimitando a nova carga horária para a etapa, os prazos da implementação, os referenciais para a parte flexível do currículo, além de estabelecer a estrutura de funcionamento do NEM. Dentre as normativas, tem-se: a Lei n. 13.415/2017, a Resolução CNE/CEB n. 3/2018, a Resolução CNE/CP n. 4/2018, a Portaria MEC n. 1.432/2018 e a Resolução CNE/CP n. 1/2021.

A Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera a Lei n. 9.394/1996 - LDB e estabelece algumas diretrizes para a reforma do Ensino Médio. Dentre elas, destaca-se a ampliação da carga horária para 1.400 horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos 1.000 horas anuais de carga horária, a partir de 02 de março de 2017. Da carga horária total da etapa, 1.800 horas, no máximo, devem ser reservadas à BNCC e o restante distribuídas na parte flexível do currículo - os Itinerários Formativos. Além disso, a Lei estipula que a BNCC deve ser organizada por áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Quanto ao ensino da língua portuguesa e da matemática, determina-se que seja obrigatório nos três anos do Ensino Médio. No que se refere à língua estrangeira, os currículos incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. Ademais, a normativa também define que os estudantes devem ter a possibilidade de cursar mais de um Itinerário Formativo.

A Resolução CNE/CEB n. 3/2018 atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, determinando que os currículos devem ter carga horária total máxima de 1.800 horas para Formação Geral Básica, que garanta os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades, nos termos da BNCC. A Resolução também define que os itinerários devem ser orientados para o aprofundamento e ampliação das aprendizagens a partir das áreas de conhecimento e da formação técnica e profissional. Além disso, a normativa estipula que para garantir a oferta de diferentes itinerários formativos, pode-se estabelecer parcerias entre outras



instituições de ensino, desde que previamente credenciadas pelos sistemas de ensino. Ademais, define que os sistemas devem ofertar, ao menos, dois itinerários por município.

A Resolução CNE/CP n. 4/2018 institui a BNCC na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A Resolução também determina que o currículo deve utilizar a BNCC como referência obrigatória, além de conter uma parte diversificada que abrange as peculiaridades regionais do ente federativo.

A Portaria MEC n. 1.432/2018 estabelece os referenciais para a elaboração dos Itinerários Formativos. A normativa determina que os itinerários devem ser organizados a partir de quatro eixos estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo. A portaria estipula, também, o conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas nos itinerários, por área de conhecimento e por eixo estruturante.

A Resolução CNE/CP n. 1/2021 define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Há algumas questões que, ainda, precisarão ser normatizadas no âmbito dos sistemas de ensino. Neste sentido, será necessária uma articulação entre a SED/MS e o CEE/MS para a definição desses temas, dentre eles: aprovação do Currículo; cronograma de implementação das alterações na Lei n. 9.394/1996, conforme os arts. 2º, 3º e 4º da Lei n. 13.415/2017; eventuais alterações nas matrículas e escrituração escolar dos estudantes; estruturação da certificação da etapa; credenciamento de instituições para a parceira na oferta de itinerários formativos; e, reconhecimento do notório saber de profissionais para atuarem no itinerário de formação técnica e profissional.



3. OBJETIVOS GERAIS E METAS

Subsidiada pelas normativas que fundamentam a proposta do Novo Ensino Médio, a SED/MS traçou os seguintes objetivos gerais para a Implementação no NEM na REE/MS:

- 1. Divulgar e realizar o lançamento da Proposta Curricular para o Ensino Médio que contemple a BNCC e itinerários formativos;**
- 2. Selecionar escolas-piloto para implementar a carga horária mínima e a flexibilização curricular;**
- 3. Implementar a Proposta Curricular nas escolas-piloto;**
- 4. Implementar a Proposta Curricular em todas as escolas da REE/MS.**

A partir desses objetivos, foram estabelecidas as seguintes metas:

- 1. implementar o Currículo de Referência de MS, etapa Ensino Médio, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, até dezembro de 2021;**
- 2. Oferecer um catálogo com, no mínimo, 10 Unidades Curriculares, por Área de Conhecimento, em 2021, para as escolas formarem os Itinerários. Em 2022, disponibilizar, no mínimo, 24 Unidades Curriculares por Área de Conhecimento;**
- 3. Oferecer Formação Continuada aos professores da REE/MS em 2021;**
- 4. Ampliar a carga horária das Escolas de Ensino Médio para, no mínimo, 1.000 horas anuais, conforme as seguintes projeções:**
 - 2020: 31% das unidades escolares;
 - 2021: 42% das unidades escolares;
 - 2022: 100% das unidades escolares.

Para alcançar os objetivos e metas mencionados, fez-se necessária a realização de um diagnóstico da REE/MS e, a partir disso, a proposição de um plano de implementação, bem como a construção de uma matriz de indicadores para o acompanhamento de sua execução.



4. DIAGNÓSTICO DA REDE

A partir das alterações previstas na Lei n. 13.415/2017, para operacionalização do Ensino Médio, a SED/MS realizou um diagnóstico da REE/MS sobre elementos que articulam e incidem na implementação do NEM. Nessa perspectiva, foram apurados dados e informações sobre as unidades escolares, os docentes e os estudantes, referentes ao ano de 2020, por meio do Sistema de Gestão de Dados Escolares – SGDE. Inclui-se nesse diagnóstico, também, o processo de escuta ativa da comunidade escolar.

A Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul é composta por 343 escolas, distribuídas nos 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, que operacionalizam as diferentes etapas e modalidade da educação básica. Destaca-se que, desse quantitativo total de escolas, 308 ofertam o ensino médio a mais de 97 mil estudantes. Para o atendimento desse público, são mobilizados mais de 5 mil docentes, das diferentes áreas de conhecimento.

O monitoramento de todas as unidades escolares é realizado por meio das Coordenadorias Regionais de Educação, que têm como finalidade exercer, em nível regional, o acompanhamento e a supervisão das escolas da REE/MS, localizadas nos municípios sob sua jurisdição, oferecendo suporte administrativo, técnico e pedagógico para a viabilização das políticas educacionais da SED/MS.

Atualmente existem 11 Coordenadorias Regionais, situadas nos seguintes municípios: Coxim, Paranaíba, Três Lagoas, Campo Grande, Nova Andradina, Naviraí, Dourados, Ponta Porã, Jardim, Aquidauana e Corumbá, e atendem as regiões conforme a figura 1.



Figura 1 - Mapa de municípios atendidos por cada CRE

A seguir, são apresentados dados mais específicos quanto às unidades escolares, docentes e estudantes.

4.1 UNIDADES ESCOLARES

Quanto às unidades escolares, os dados levantados estão relacionados ao quantitativo de escolas, considerando as diferentes modalidades do Ensino Médio, bem como a infraestrutura de cada instituição.

4.1.1 Quantitativo

Destaca-se que, cerca de 90% das unidades escolares da REE/MS ofertam especificamente o Ensino Médio em diferentes modalidades, agrupadas nesse PLI da seguinte maneira:

- Regular: Ensino Médio 25h/a, 30h/a e integral;
- Correção de Fluxo: AJA, AJA-EPT e EJA;
- Profissional: técnicos e qualificação profissional.

No Gráfico 1, pode ser observado o quantitativo de unidades escolares que ofertam as diferentes modalidades do Ensino Médio em toda REE/MS. Destaca-se que as modalidades estão distribuídas em diferentes configurações, isso, devido ao fato de uma mesma escola ter a possibilidade de operacionalizar distintas modalidades. Percebe-se, portanto, que mais da metade das unidades escolares ofertam apenas o Ensino Médio regular, porém, não devem ser desconsideradas as demais modalidades.

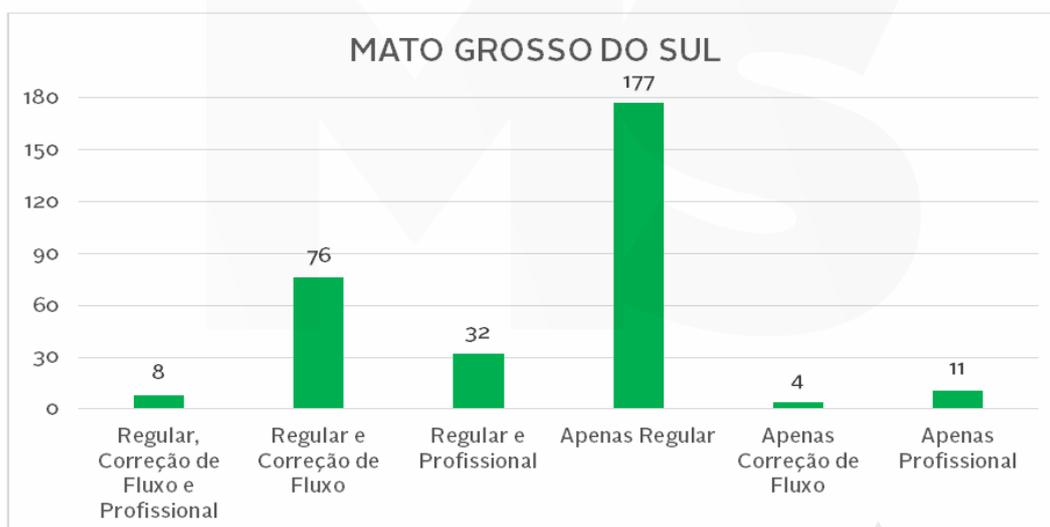


Gráfico 1 – Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM na REE/MS

Considerando a necessidade de visualizar o panorama regional dessa distribuição de unidades escolares, o mesmo estudo foi realizado por CRE e município. Os gráficos, a seguir, representam esses panoramas.

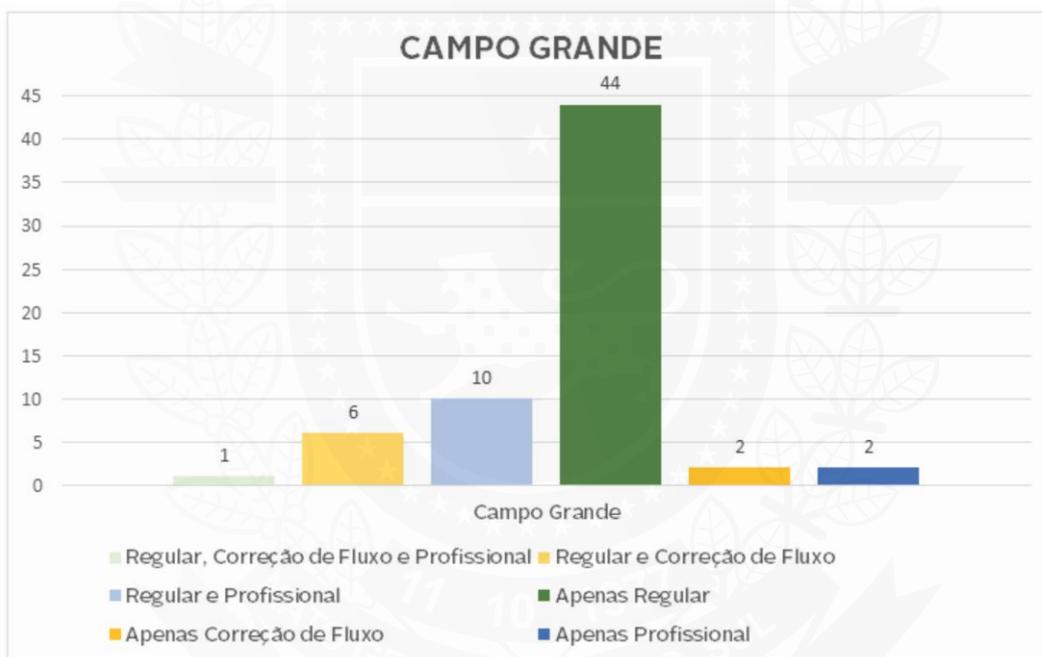


Gráfico 2 - Quantitativo de unidades escolares que oferecem cada modalidade do EM no município de Campo Grande

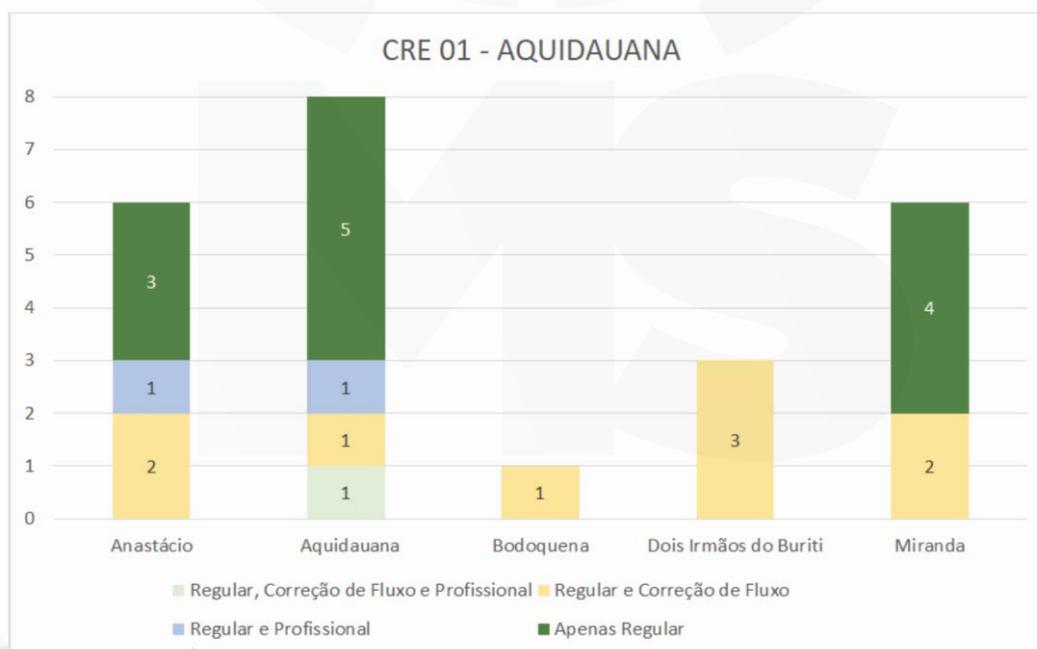


Gráfico 3 - Quantitativo de unidades escolares que oferecem cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 01

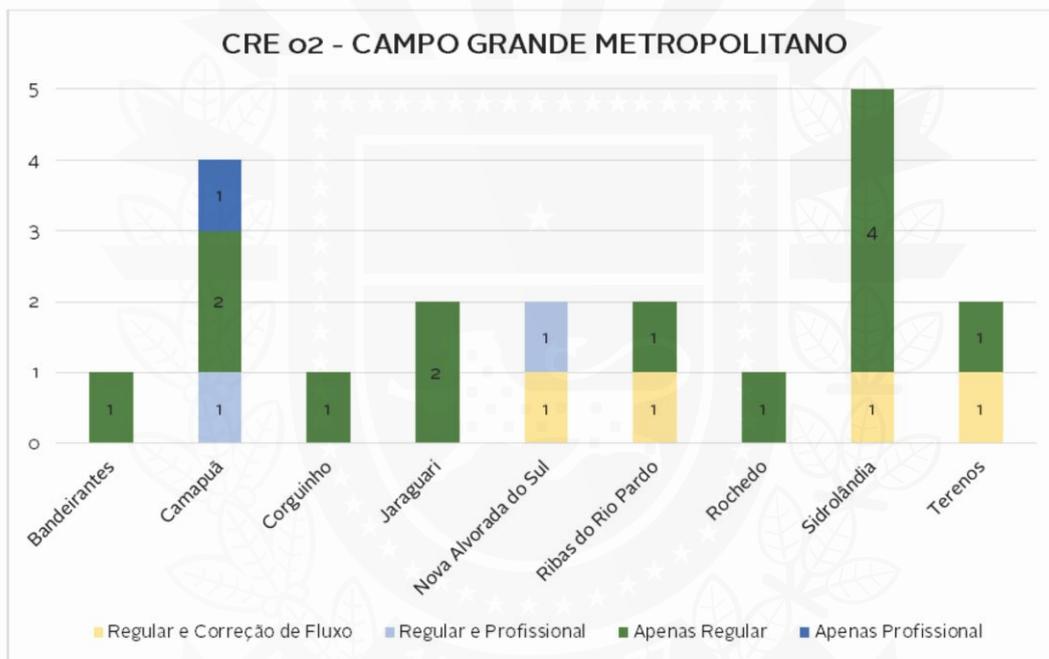


Gráfico 4 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 02

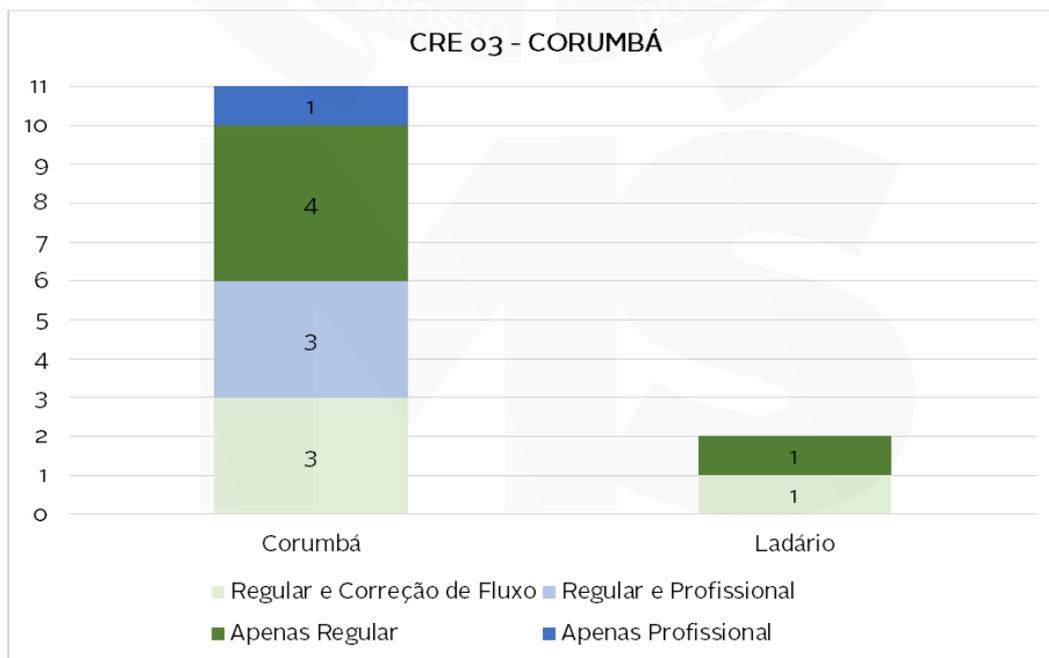


Gráfico 5 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 03

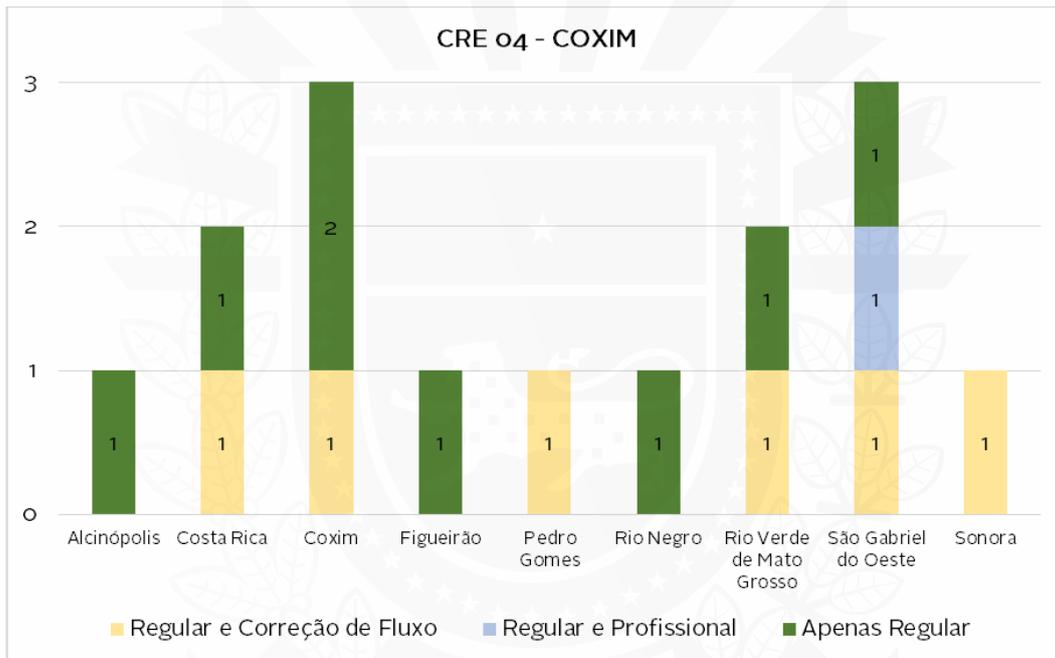


Gráfico 6 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 04

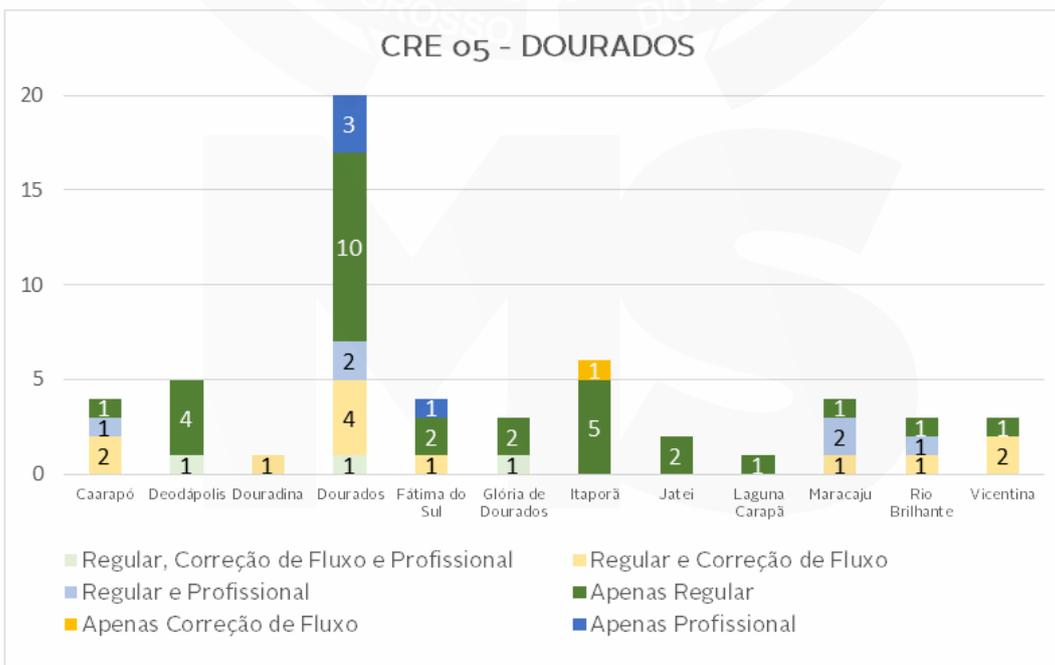


Gráfico 7 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 05

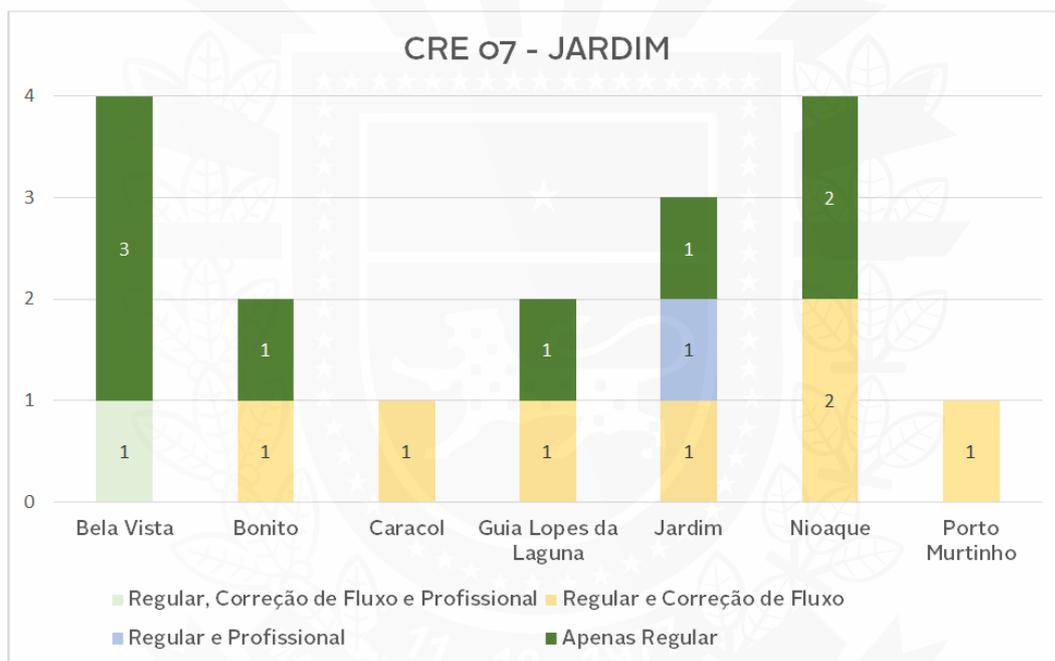


Gráfico 8 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 07

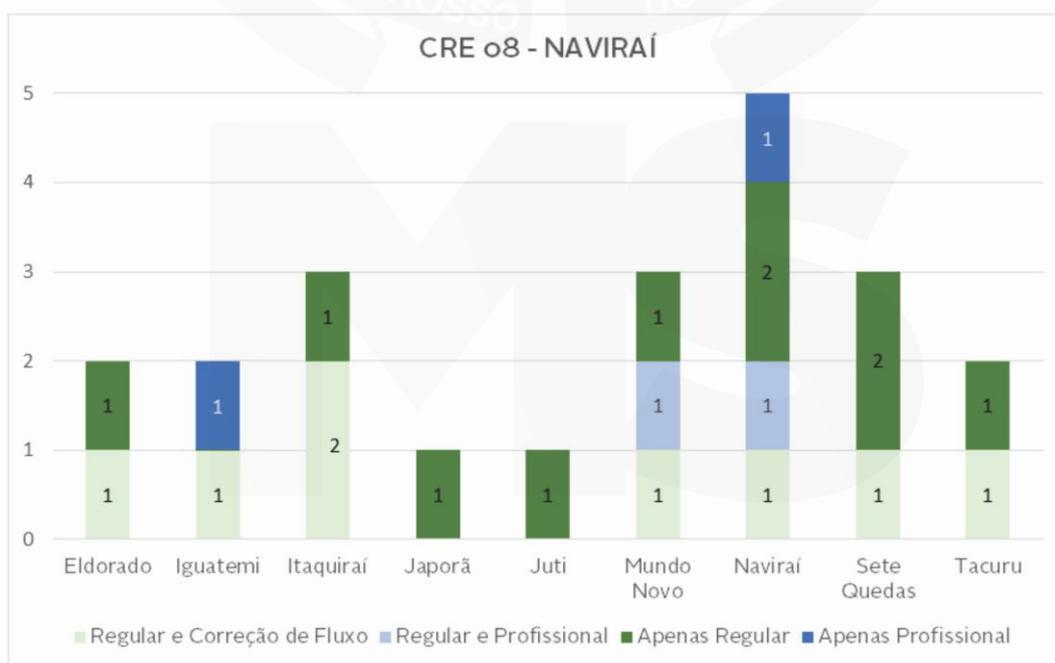


Gráfico 9 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 08

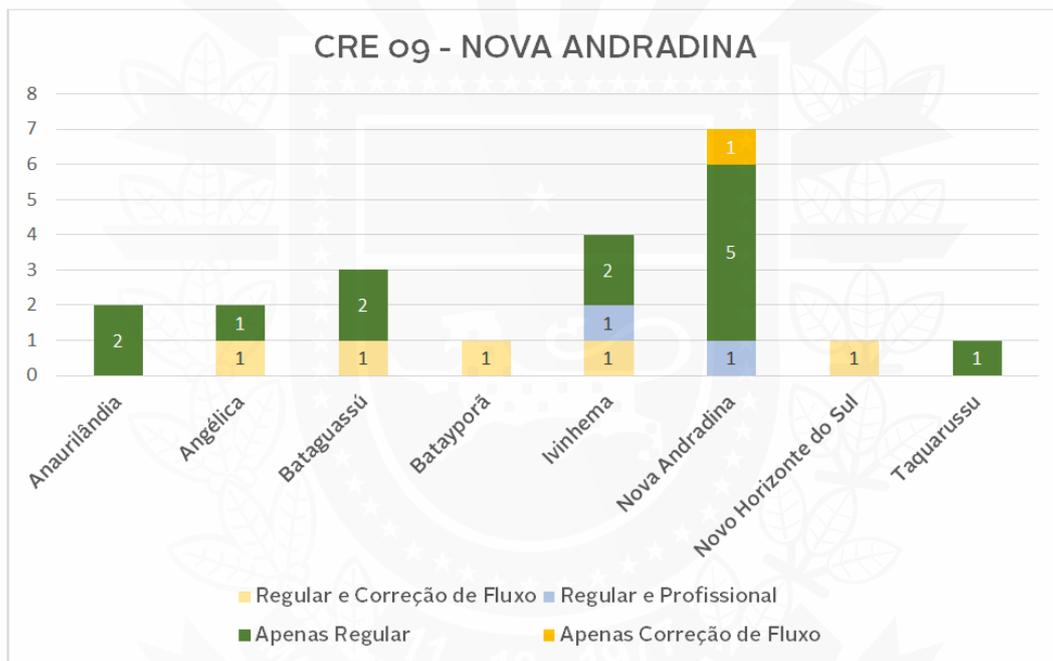


Gráfico 10 - Quantitativo de unidades escolares que oferecem cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 09

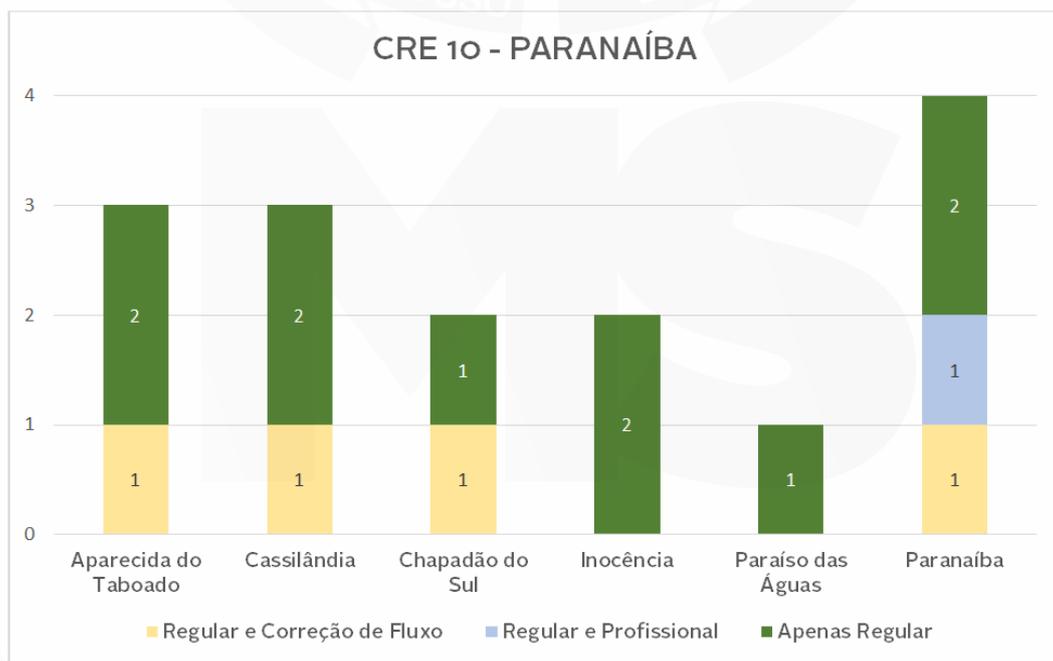


Gráfico 11 - Quantitativo de unidades escolares que oferecem cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 09

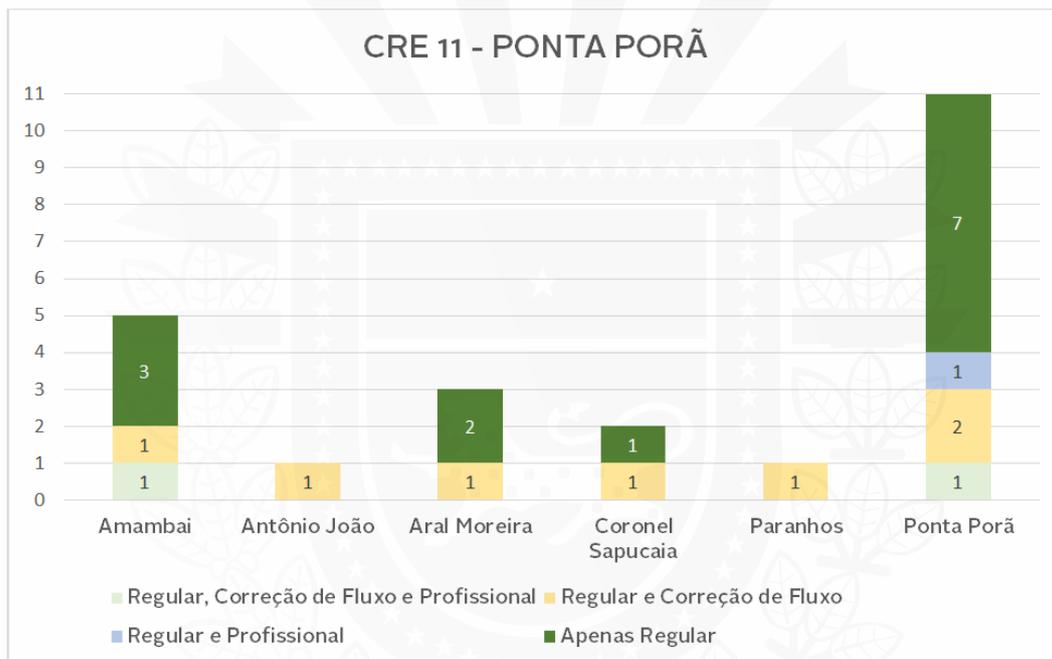


Gráfico 12 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 11

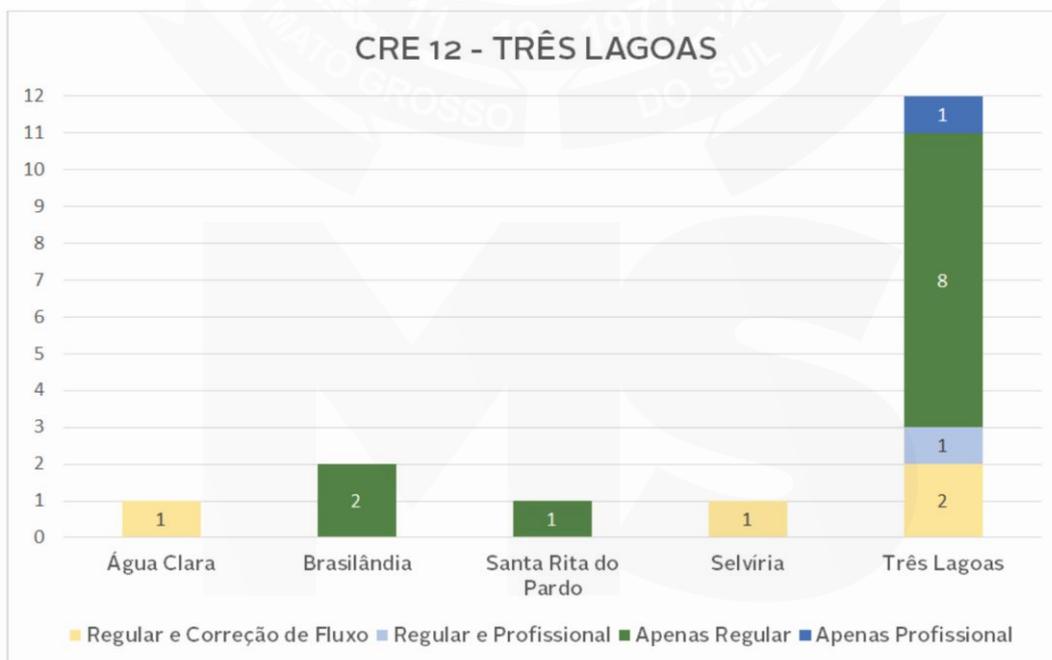


Gráfico 13 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 12

Considerando a implementação da flexibilização curricular, enfatiza-se a necessidade de pensar em estratégias específicas para que os municípios, com uma ou duas escolas, tenham condições de proporcionar o direito de escolha dos estudantes. Dessa

forma, destaca-se que, de acordo com os dados expostos, cerca de 30% dos municípios apresentam apenas uma escola e cerca de 24% dos municípios apresentam duas escolas. Evidencia-se nos quadros a seguir esses municípios.

Municípios com uma escola	Municípios com duas escolas
Água Clara	Anaurilândia
Alcinópolis	Angélica
Antônio João	Bonito
Bandeirantes	Brasilândia
Batayporã	Chapadão do Sul
Bodoquena	Coronel Sapucaia
Caracol	Costa Rica
Corguinho	Eldorado
Douradina	Guia Lopes da Laguna
Figueirão	Iguatemi
Japorã	Inocência
Juti	Jaraguari
Laguna Carapã	Jateí
Novo Horizonte do Sul	Ladário
Paraíso das Águas	Nova Alvorada do Sul
Paranhos	Ribas do Rio Pardo
Pedro Gomes	Rio Verde de Mato Grosso
Porto Murtinho	Tacuru
Rio Negro	Terenos
Rochedo	
Santa Rita do Pardo	
Selvíria	
Sonora	
Taquarussu	

4.1.2 Infraestrutura

Para o diagnóstico da infraestrutura das unidades escolares, a Superintendência de Informação e Tecnologia – SITEC, por intermédio da Coordenadoria de Tecnologia Educacional – COTED, responsável pelo acompanhamento do uso pedagógico desses espaços de aprendizagem, levantou dados em relação à oferta de bibliotecas escolares, salas de tecnologias e laboratórios da base científica.

Verificou-se que, das 343 unidades da REE/MS: 155 possuem bibliotecas em salas próprias, 78 adaptaram uma sala de aula para o funcionamento da biblioteca e 110 não possuem bibliotecas ou atendem em espaço alternativo como sala dos

professores e sala da coordenação. Os dados podem ser melhor observados na tabela abaixo:

Ambiente da Biblioteca	Quantidade de Escolas
<i>Sala Própria</i>	155
<i>Sala de Aula Adaptada</i>	78
<i>Não possuem/espço alternativo</i>	110

No que tange aos números de salas de tecnologias – STE, a REE/MS possui 378 STE com rede lógica para a conexão de Internet, sendo que 308 unidades escolares possuem uma STE e 35 possuem duas STE.

Em referência ao número de escolas que possuem Laboratórios da Base Científica, 72 unidades escolares foram contempladas com a construção desse espaço.

4.2 DOCENTES

A partir de dados levantados pela Superintendência de Gestão de Pessoas – SUGESP, foi identificado o total de 5.425 docentes, atuando nos componentes curriculares da Base Nacional Comum do Ensino Médio, dos quais 2.057 são efetivos e 3.368 convocados.

Componente curricular	Convocados	Efetivos	Total
<i>Arte</i>	253	148	401
<i>Biologia</i>	316	213	529
<i>Educação Física</i>	220	209	429
<i>Filosofia</i>	177	38	215
<i>Física</i>	271	54	325
<i>Geografia</i>	261	245	506
<i>História</i>	240	232	472
<i>Língua Estrangeira - Espanhol</i>	35	15	50
<i>Língua Inglesa</i>	272	184	456
<i>Língua Materna</i>	2	0	2
<i>Língua Portuguesa</i>	359	444	803
<i>Matemática</i>	557	172	729
<i>Química</i>	263	74	337
<i>Sociologia</i>	142	29	171
Total Geral	3.368	2.057	5.425

Nas tabelas a seguir, são apresentados os quantitativos desses docentes na sua respectiva CRE:

CAMPO GRANDE - CAPITAL			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	36	61	97
Biologia	63	80	143
Educação Física	38	67	105
Filosofia	36	22	58
Física	70	28	98
Geografia	56	83	139
História	50	88	138
Língua Estrangeira - Espanhol	8	11	19
Língua Inglesa	60	66	126
Língua Portuguesa	70	158	228
Matemática	141	71	212
Química	68	32	100
Sociologia	38	11	49
Total Geral	734	778	1.512

CRE 01 - AQUIDAUANA			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	12	7	19
Biologia	13	9	22
Educação Física	11	8	19
Filosofia	9	2	11
Física	14	0	14
Geografia	13	11	24
História	12	7	19
Língua Estrangeira - Espanhol	4	1	5
Língua Materna	1	0	1
Língua Portuguesa	22	16	38
Matemática	25	5	30
Química	20	1	21
Sociologia	4	2	6
Total Geral	178	73	251

CRE 02 - CAMPO GRANDE METROPOLITANO			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	26	2	28
Biologia	26	8	34
Educação Física	19	8	27
Filosofia	11	1	12
Física	21	1	22
Geografia	26	9	35
História	19	9	28
Língua Estrangeira - Espanhol	4	0	4
Língua Inglesa	21	4	25
Língua Portuguesa	33	20	53
Matemática	39	10	49
Química	19	2	21
Sociologia	8	1	9
Total Geral	272	75	347

CRE 03 - CORUMBÁ			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	14	4	18
Biologia	9	11	20
Educação Física	7	11	18
Filosofia	7	2	9
Física	15	2	17
Geografia	11	11	22
História	9	13	22
Língua Estrangeira - Espanhol	2	0	2
Língua Inglesa	7	14	21
Língua Portuguesa	5	25	30
Matemática	16	11	27
Química	10	2	12
Sociologia	4	2	6
Total Geral	116	108	224

CRE 04 - COXIM			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	16	4	20
Biologia	22	3	25
Educação Física	15	6	21
Filosofia	8	2	10
Física	16	1	17
Geografia	14	9	23
História	16	11	27
Língua Estrangeira - Espanhol	1	0	1
Língua Inglesa	16	8	24
Língua Portuguesa	15	25	40
Matemática	33	2	35
Química	14	2	16
Sociologia	6	0	6
Total Geral	192	73	265

CRE 05 - DOURADOS			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	40	27	67
Biologia	49	32	81
Educação Física	33	35	68
Filosofia	28	4	32
Física	34	13	47
Geografia	34	45	79
História	33	41	74
Língua Estrangeira - Espanhol	4	1	5
Língua Inglesa	43	35	78
Língua Materna	1	0	1
Língua Portuguesa	52	69	121
Matemática	88	25	113
Química	42	14	56
Sociologia	25	3	28
Total Geral	506	344	850

CRE 07 - JARDIM			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	16	5	21
Biologia	20	9	29
Educação Física	15	11	26
Filosofia	11	2	13
Física	10	0	10
Geografia	11	15	26
História	16	9	25
Língua Estrangeira - Espanhol	2	0	2
Língua Inglesa	13	12	25
Língua Portuguesa	29	16	45
Matemática	36	2	38
Química	15	3	18
Sociologia	10	0	10
Total Geral	204	84	288

CRE 08 - NAVIRAÍ			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	20	5	25
Biologia	20	11	31
Educação Física	20	6	26
Filosofia	17	1	18
Física	17	1	18
Geografia	15	12	27
História	14	11	25
Língua Estrangeira - Espanhol	1	0	1
Língua Inglesa	21	9	30
Língua Portuguesa	21	22	43
Matemática	34	10	44
Química	14	5	19
Sociologia	5	2	7
Total Geral	219	95	314

CRE 09 - NOVA ANDRADINA			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	18	5	23
Biologia	22	13	35
Educação Física	16	15	31
Filosofia	12	1	13
Física	16	1	17
Geografia	20	12	32
História	20	6	26
Língua Estrangeira - Espanhol	1	1	2
Língua Inglesa	14	12	26
Língua Portuguesa	31	18	49
Matemática	32	7	39
Química	15	1	16
Sociologia	7	2	9
Total Geral	224	94	318

CRE 10 - PARANÁIBA			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	17	4	21
Biologia	20	9	29
Educação Física	11	10	21
Filosofia	12	1	13
Física	14	3	17
Geografia	16	10	26
História	14	8	22
Língua Estrangeira - Espanhol	4	0	4
Língua Inglesa	17	7	24
Língua Portuguesa	24	19	43
Matemática	32	8	40
Química	13	5	18
Sociologia	13	2	15
Total Geral	207	86	293

CRE 11 - PONTA PORÁ			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	19	14	33
Biologia	29	14	43
Educação Física	24	17	41
Filosofia	13	0	13
Física	23	2	25
Geografia	28	16	44
História	28	11	39
Língua Estrangeira - Espanhol	3	1	4
Língua Inglesa	29	3	32
Língua Portuguesa	38	25	63
Matemática	47	9	56
Química	18	2	20
Sociologia	10	2	12
Total Geral	309	116	425

CRE 12 - TRÊS LAGOAS			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	19	10	29
Biologia	23	14	37
Educação Física	11	15	26
Filosofia	13	0	13
Física	21	2	23
Geografia	17	12	29
História	9	18	27
Língua Estrangeira - Espanhol	1	0	1
Língua Inglesa	13	10	23
Língua Portuguesa	19	31	50
Matemática	34	12	46
Química	15	5	20
Sociologia	12	2	14
Total Geral	207	131	338

4.3 ESTUDANTES

A partir de dados levantados pelo Sistema de Gestão de Dados Escolares, foram identificados o total de 97.069 estudantes atendidos pela REE/MS, que estão distribuídos por município, considerando o mesmo agrupamento de modalidades já mencionado nesse PLI, conforme tabela abaixo:

Município	REGULAR	CORREÇÃO DE FLUXO	PROFISSIONAL	Total de estudantes
Água Clara	618	49	0	667
Alcinópolis	156	0	0	156
Amambal	1.125	152	195	1.472
Anastácio	644	236	41	921
Anaurilândia	304	0	0	304
Angélica	381	88	0	469
Antônio João	420	112	0	532
Aparecida do Taboado	779	215	0	994
Aquidauana	1.207	213	350	1.770
Aral Moreira	478	95	0	573
Bandeirantes	275	0	0	275
Bataguassu	871	167	0	1.038
Batayporã	347	104	0	451
Bela Vista	858	118	104	1.080
Bodoquena	353	26	0	379
Bonito	729	137	0	866
Brasilândia	452	0	0	452
Caarapó	929	231	0	1.160
Camapuã	306	0	205	511
Campo Grande	26.797	1.027	2.220	30.044
Caracol	182	12	0	194
Cassilândia	656	163	0	819
Chapadão do Sul	826	224	0	1.050
Corgulinho	150	0	0	150
Coronel Sapucaia	603	68	0	671
Corumbá	2.882	567	634	3.883
Costa Rica	1.015	214	0	1.229
Coxim	685	141	0	826
Deodápolis	495	117	0	612
Dois Irmãos do Buriti	415	202	0	617
Douradina	267	53	0	320
Dourados	6.074	594	388	7.056
Eldorado	331	58	0	389
Fátima do Sul	622	189	5	816
Figueirão	101	0	0	101
Glória de Dourados	324	48	0	372
Guia Lopes da Laguna	336	103	0	439
Iguatemi	341	90	102	533
Inocência	299	0	0	299
Itaporã	716	177	0	893
Itaquiraí	558	159	0	717
Ivinhema	655	169	133	957
Japorã	368	58	0	426
Jaraguari	220	0	0	220
Jardim	725	120	21	866
Jateí	156	7	0	163
Juti	291	0	0	291
Ladário	581	169	0	750
Laguna Carapã	221	0	0	221
Maracaju	975	158	111	1.244
Miranda	847	112	0	959
Mundo Novo	491	105	0	596
Naviraí	876	125	144	1.145
Nioaque	517	114	0	631
Nova Alvorada do Sul	668	116	33	817
Nova Andradina	1.572	350	21	1.943
Novo Horizonte do Sul	121	78	0	199
Paraíso das Águas	169	0	0	169
Paranaíba	1.132	106	54	1.292
Paranhos	456	122	0	578
Pedro Gomes	228	115	0	343
Ponta Porã	3.288	347	20	3.655
Porto Murtinho	574	74	0	648
Ribas do Rio Pardo	618	141	0	759
Rio Brilhante	1.163	198	14	1.375
Rio Negro	183	0	0	183
Rio Verde de Mato Grosso	571	119	0	690
Rochedo	177	0	0	177
Santa Rita do Pardo	264	0	0	264
São Gabriel do Oeste	630	109	136	875
Selvíria	199	80	0	259
Sete Quedas	360	51	0	411
Sidrolândia	1.596	175	0	1.771
Sonora	596	126	0	722
Tacuru	368	22	0	390
Taquarussu	155	0	0	155
Terenos	651	72	0	723
Três Lagoas	2.993	571	261	3.825
Vicentina	205	72	0	277
TOTAL GERAL	81.567	10.310	5.192	97.069

Regular: Ensino Médio 25h/a, 30h/a e integral;
 Correção de Fluxo: AJA, AJA-EPT e EJA;
 Profissional: técnicos e qualificação profissional.



4.3.1 Estudante com Atendimento Educacional Especializado

Alinhado ao que está preconizado no Plano Estadual de Educação, a SED/MS tem como objetivo implantar o NEM, sem perder de vista as demais metas e estratégias, buscando equacionar todas as incumbências e atender as especificidades que envolvem a escola.

Nesse sentido, por intermédio da Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial – COPESP, foram levantados dados na perspectiva de contextualizar a demanda de trabalho e o público da educação especial, visto que este requer atenção quando se trata das questões que envolvem a acessibilidade arquitetônica, curricular e de atendimento educacional especializado, além da formação dos professores e da comunidade.

Destaca-se que nas unidades escolares de implantação do NEM, encontram-se matriculados 3.549 estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação da REE/MS.

Em relação ao número de professores, tem-se 1.227 profissionais nos serviços de apoio da educação especial. Salienta-se ainda que apenas 222 unidades escolares possuem Sala de Recursos Multifuncionais, caracterizando cerca de 71% da Rede.

Ressalta-se que a escola possui um público que necessita participar do Atendimento Educacional Especializado – AEE seja de caráter complementar (para estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e transtorno do espectro autista) ou suplementar (para estudantes com altas habilidades/superdotação), assim, é necessário estruturar o NEM, com a oferta de Itinerário Formativo, pensando na logística para que o AEE seja ofertado na própria escola, em escola próxima, ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado – CAEE.

Nessa perspectiva, atualmente os estudantes realizam o atendimento nos componentes curriculares de Pesquisa e Aatoria e Projeto de Vida, entretanto, tais componentes, por vezes, são operacionalizados em curtos intervalos, entre um componente curricular obrigatório e outro, o que inviabiliza a participação dos estudantes no AEE, especialmente dos estudantes que precisam deixar a unidade escolar para participar do AEE, desse modo, novas estratégias devem ser pensadas para contemplá-los.

4.4 PROCESSO DE ESCUTA DA COMUNIDADE ESCOLAR

A referida ação foi realizada em 87 escolas que ofertam o ensino médio com carga ampliada ou em tempo integral, configurando cerca de 28% da REE/MS, localizadas em 30 diferentes municípios do estado. Destaca-se que a escuta contou com a participação de 11.673 estudantes, 2.100 pais e 1.763 professores.

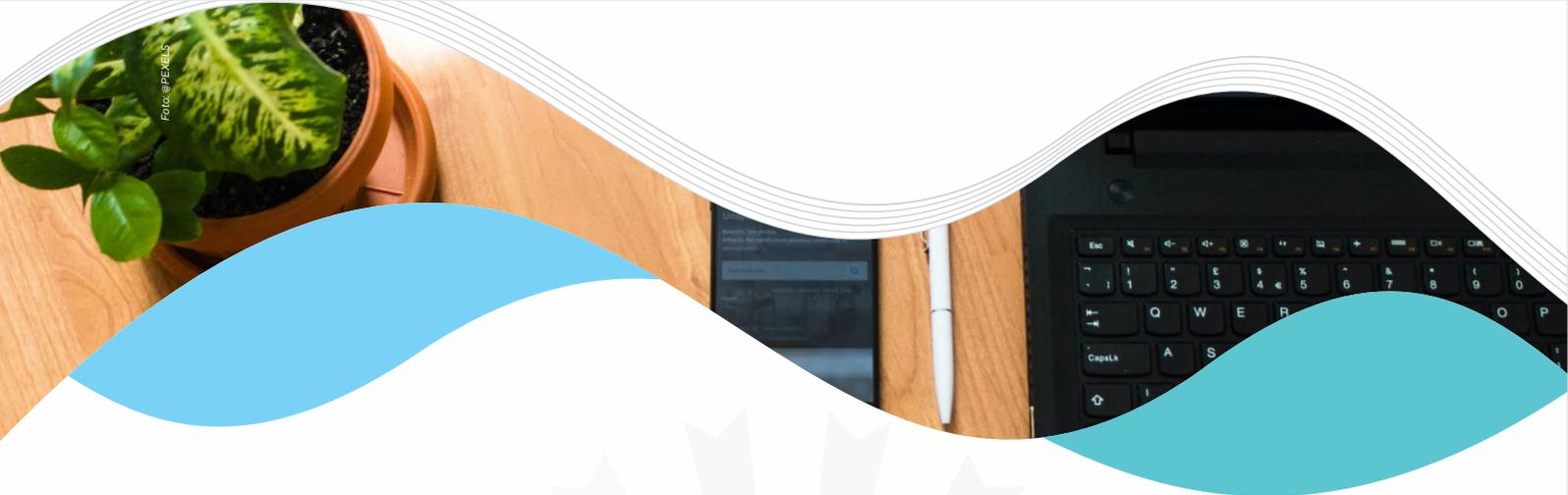
Em relação ao perfil dos estudantes que responderam, foi verificado que a maioria cursava o 1º ano do Ensino Médio com idade entre 16 e 17 anos, com objetivo principal em cursar essa etapa de ensino para ingressar na universidade. Além disso, o período matutino teve preferência pela maioria dos estudantes, 51%, como o melhor horário de estudo.

De acordo com 71% dos respondentes da pesquisa, o Ensino Médio atual ajuda a alcançar seus objetivos de vida, 62% concordam que veem sentido naquilo que estudam nessa etapa de ensino e 49% afirmaram que a escola os auxilia a definir o que irão fazer no futuro e a desenvolver competências relacionadas à sua capacidade de se organizarem, serem responsáveis, agirem de forma cooperativa, compreenderem o ponto de vista do outro e a terem estabilidade emocional, entre outras competências.

No que concerne à aprendizagem, para 59% dos estudantes os recursos tecnológicos que os ajudariam a aprender mais seriam as ferramentas de pesquisa online e para esses, o(a) professor(a) deveria adotar as seguintes ações: planejar projetos e oficinas em que os estudantes aprendam os conteúdos para resolver problemas práticos; realizar perguntas e mediar debates sobre os conteúdos estudados; buscar conhecer os estudantes e entender suas dificuldades e aptidões por meio de tutoria, todas em ordem de prioridades de acordo com o resultado apresentado.

Quando se fala em avaliação, 49% afirmaram que a melhor forma de serem avaliados seria por meio das atividades (projetos, tarefas, trabalhos etc.) realizados ao longo do período (bimestre, trimestre, semestre etc.), seguidos por 42% que optaram por uma prova em cada final do mesmo período.

No Gráfico 14, pode-se observar que 90% dos estudantes entrevistados veem importância de um Projeto de Vida na escola. Do mesmo modo, 62% gostariam de ter um tempo específico na escola para o desenvolvimento do seu projeto de vida ao longo do Ensino Médio, sendo sua relevância definida pelas seguintes alternativas:



- Alcançar metas e objetivos;
- Realizar desejos e sonhos futuros;
- Definir estratégias para atingir seus objetivos.

Ainda nesse sentido, para 39% dos estudantes, o(a) próprio(a) professor(a) dos outros componentes curriculares deveria(m) trabalhar o desenvolvimento do Projeto de Vida, seguido por 36% que afirmaram que seria interessante um profissional especializado para essa função.

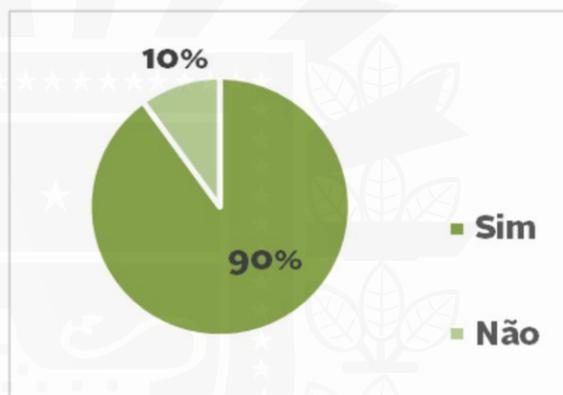


Gráfico 14 - Respostas de estudantes para a pergunta: a construção de um projeto de vida, começando na escola, é importante?

No que se refere às mudanças que ocorrerão no Ensino Médio, 49% afirmaram ter entendimento a respeito da possibilidade de escolherem em quais conhecimentos (Itinerários Formativos) poderão aprofundar; 40% têm conhecimento sobre a ampliação da carga horária mínima de, em média, 4 para 5 horas por dia, ou seja, de 5 para 6 tempos diários de aulas; 37% compreende que a formação técnica será parte do Ensino Médio para todos os estudantes que escolherem esse caminho, assim como, 28% sabem que a BNCC é um documento que aponta as habilidades que todo estudante brasileiro tem o direito de desenvolver.

Como é possível observar no Gráfico 15, quando questionados sobre o momento de decisão da escolha do Itinerário Formativo, 45% responderam que seria logo no início da etapa, 31% afirmaram que depois que tiverem mais certeza sobre o que querem fazer em seu futuro; 15% depois de conhecer um pouco sobre cada uma das possibilidades e, apenas 9%, no final do Ensino Médio, após passar por todos conhecimentos comuns.

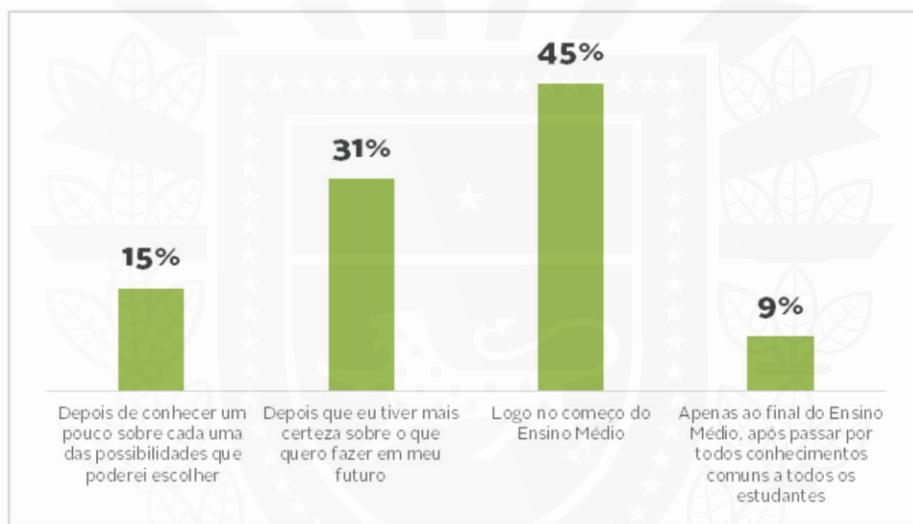


Gráfico 15 - Respostas de estudante para a pergunta: quando ocorreria a escolha do itinerário formativo que será realizado no Ensino Médio?

No tocante à Formação Técnica e Profissional (cursos técnicos e qualificações profissionais), conforme o Gráfico 16, a maioria gostaria de cursar algum tipo de formação durante o Ensino Médio, sendo que, para 52%, conforme o Gráfico 17, a preferência é de que essa oferta ocorresse na própria escola.

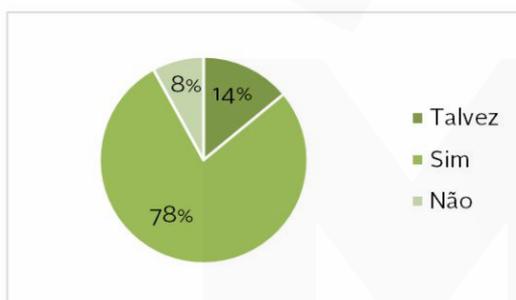


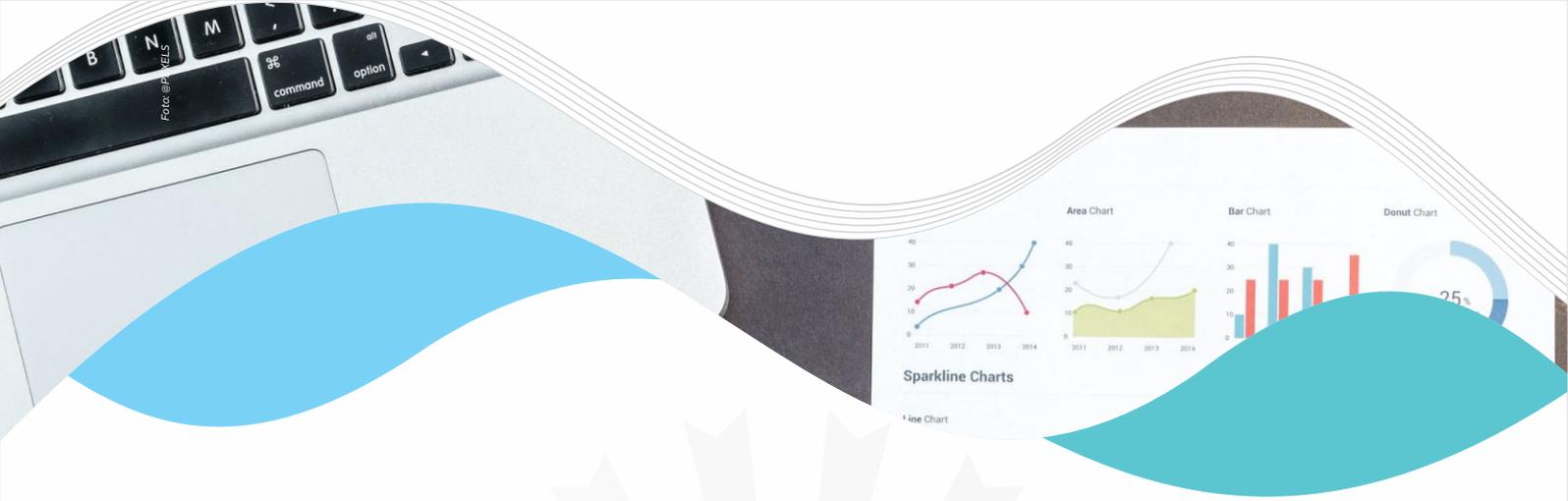
Gráfico 16 - Respostas de estudantes quando questionados quanto à intenção de cursar algum tipo de Formação Técnica e Profissional (cursos técnicos e qualificação profissionais) durante o Ensino Médio.



Gráfico 17 - Respostas de estudantes quando questionados quanto ao local que gostariam de fazer a Formação Técnica e Profissional

Além disso, para 85% dos respondentes, o protagonismo juvenil é importante na sua formação, para 30%, auxilia na construção do seu Projeto de Vida e, 48% acreditam que suas práticas contribuem para desenvolver a independência na tomada de decisão.

Por fim, quando se trata das atividades eletivas ofertadas nas escolas, os estudantes afirmaram ter pelo menos três eletivas. Por sua vez, na grande maioria, o(a) professor(a) que ministra a eletiva tem formação em biologia e letras.



De acordo com o questionário dos professores, pôde-se observar que mais da metade dos que responderam ao questionário, 53%, possuem especialização, como também a maioria possui carga horária de 20 horas, lecionando apenas em uma escola. Cabe ressaltar que, quase a totalidade dos professores respondentes da pesquisa afirmaram participar dos seguintes eventos na escola: Família na Escola, Formação Continuada, Conselho de Classe, Jornada Pedagógica, dentre outros, conforme Gráfico 18.

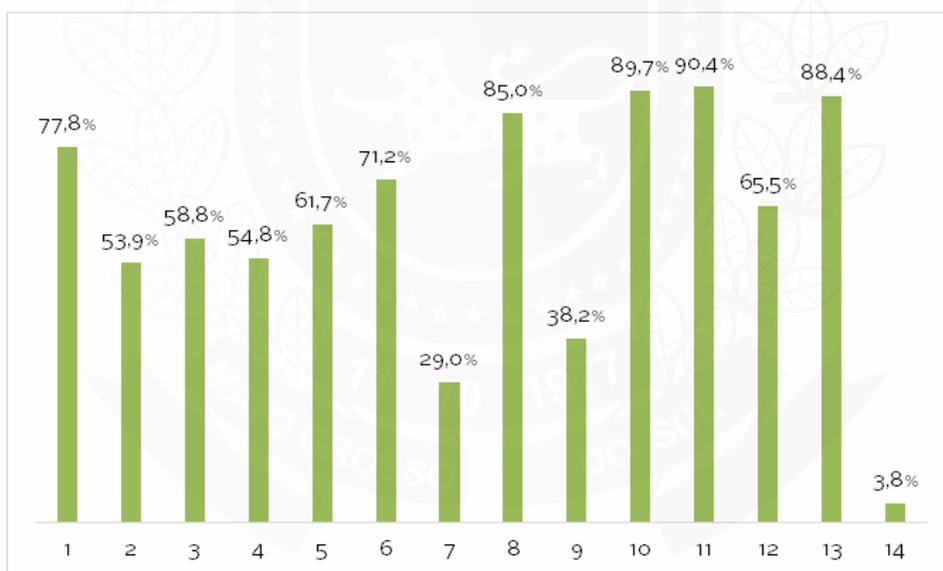


Gráfico 18 - Resposta dos professores quanto às atividades que participaram na escola no ano anterior

LEGENDA	
1	Reuniões da equipe para estudo e escrita/reelaboração do PPP.
2	Desenvolvimento do currículo escolar ou parte dele.
3	Seleção dos materiais didáticos para práticas pedagógicas.
4	Compartilhamento de materiais didáticos com os colegas.
5	Uso de critérios comuns para avaliar o progresso dos estudantes.
6	Discussões a respeito do progresso de aprendizagem de determinados estudantes.
7	Leccionar para uma turma em parceria com outros colegas.
8	Jornada Pedagógica.
9	Planejamento Coletivo.
10	Formação Continuada.
11	Família e Escola.
12	Feiras Científicas e Culturais.
13	Conselho de Classe.
14	Outros.

Já em observância ao questionário aplicado aos pais, verificou-se que 28% deles possuem o Ensino Médio completo. Em sua maioria, acompanham a vida escolar do estudante e sempre perguntam como estão as aulas. Verificou-se que a expectativa para grande parte dos pais, em relação à formação escolar do estudante, é que este tenha acesso à universidade, conforme pode ser observado no Gráfico 19.

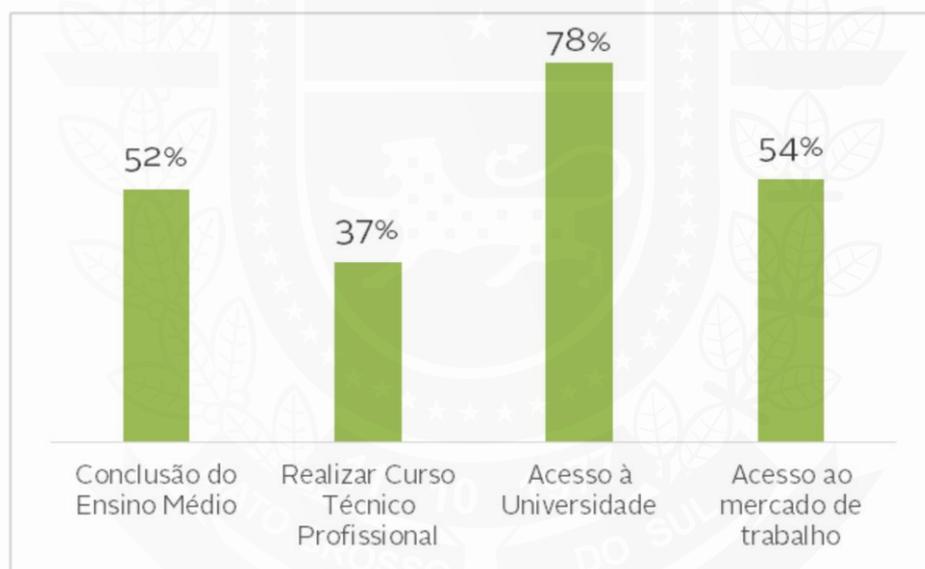


Gráfico 19 - Expectativa dos Pais e Responsáveis com relação à formação escolar do estudante.

Para 81% dos pais, os aspectos positivos na escola seriam, na sequência: atendimento escolar, direção e coordenação, professores e secretaria. Evidencia-se que o tempo dedicado pelos estudantes aos estudos em casa (por semana) varia, em média, entre 1 e 2 horas; já para 42% dos pais, a preparação para as avaliações ocorre apenas na véspera da avaliação e consideram que a melhor forma de avaliação seria por meio das atividades como: projetos, tarefas, trabalhos, dentre outros, realizados ao longo do período letivo.

Dos pais respondentes, 44% afirmaram que a família estabelece um horário para o estudo; para 39%, o estudante recebe algum tipo de ajuda de alguém para estudar e/ou fazer as atividades ou tarefas escolares. É de consenso entre os respondentes que a maioria dos estudantes possuem um ambiente adequado para o estudo em casa e fazem uso da internet.

A maioria dos pais, 85%, gostariam que o estudante realizasse algum tipo de Formação Técnica e Profissional durante o Ensino Médio; já 70% entendem que a formação deveria ocorrer de preferência na própria escola e, para 51%, deveria ser realizada no contraturno.

De acordo com o questionário realizado no entorno da unidade escolar, conforme o Gráfico 20, observa-se que 87% dos respondentes consideram a presença da escola como positiva; 48% afirmaram participar de eventos culturais e 18% participam de projetos desenvolvidos pela escola.

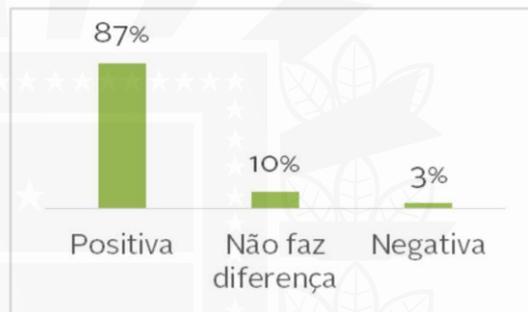
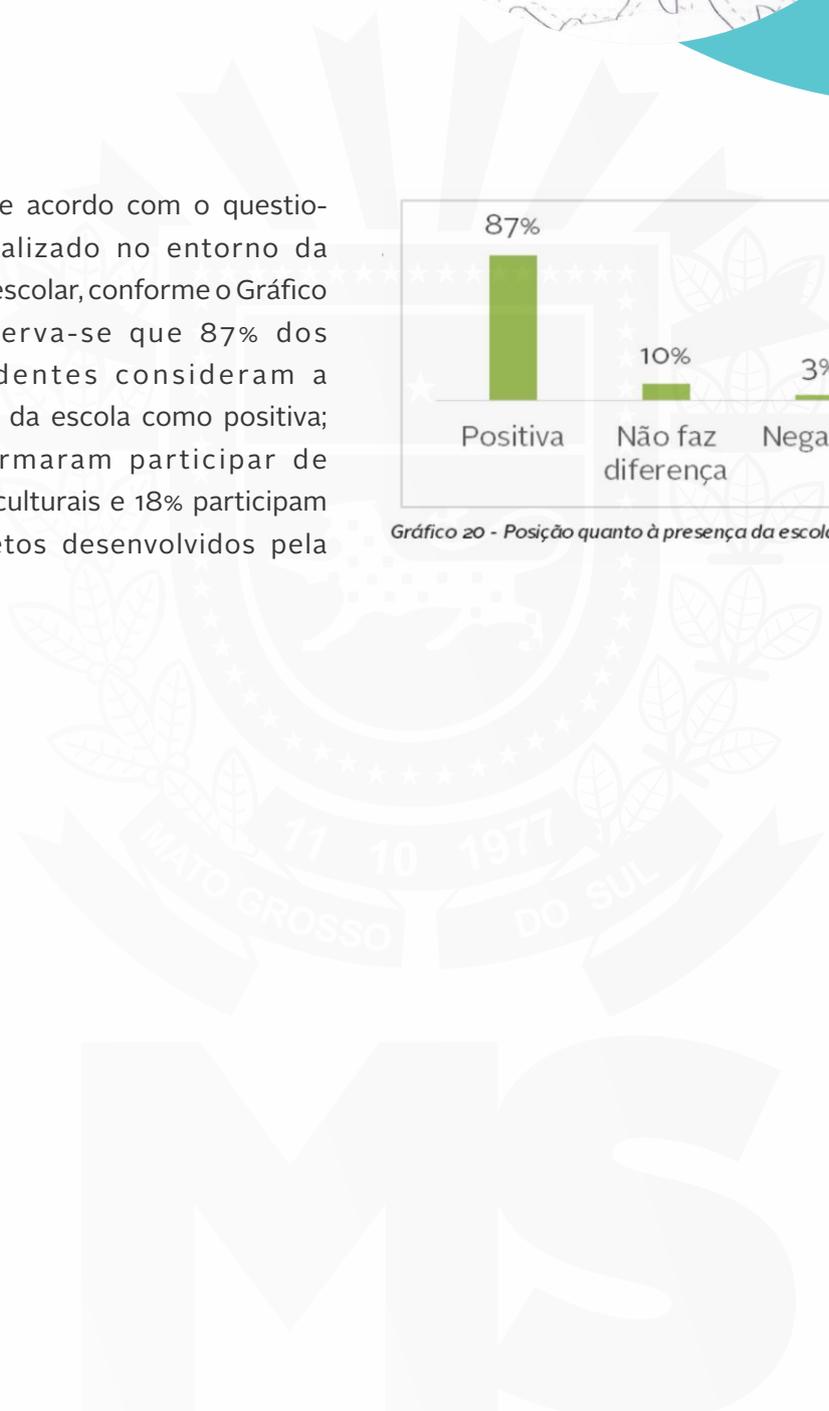
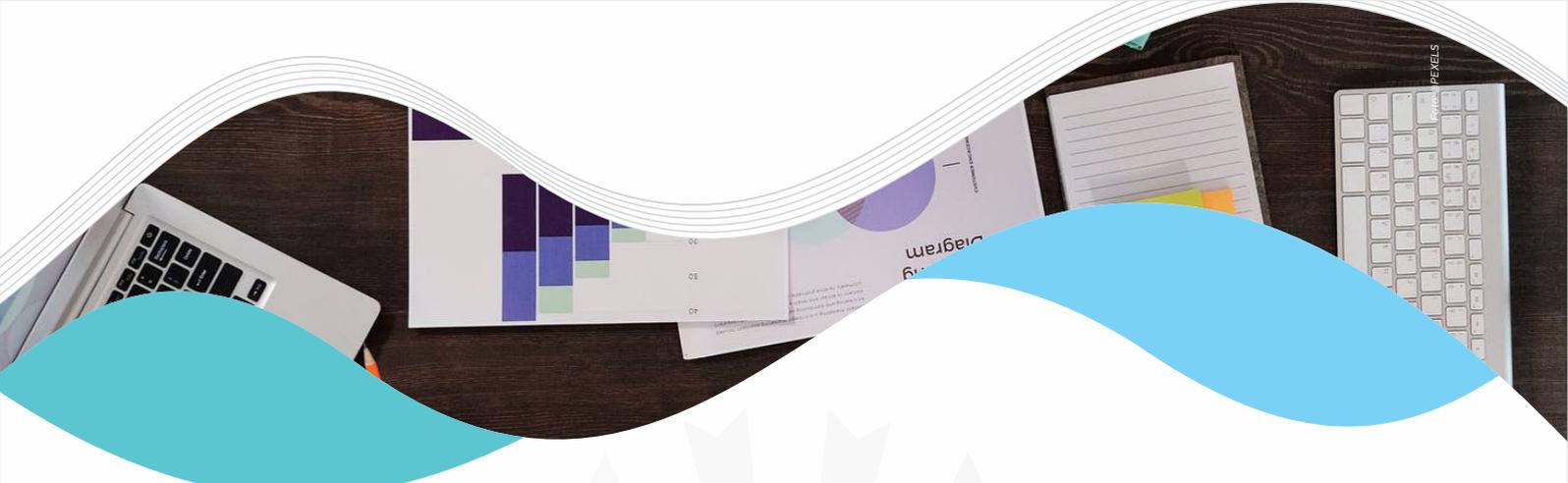


Gráfico 20 - Posição quanto à presença da escola no entorno





5. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

Tendo em vista os objetivos gerais e metas delimitados pela SED/MS, e subsidiado pelo diagnóstico da REE/MS, foi desenvolvido um plano de implementação envolvendo diversos setores da SED/MS.

5.1 CURRÍCULO

Considerando as diretrizes normativas para a construção da proposta curricular para a etapa do Ensino Médio, no âmbito estadual, e, ainda, as orientações e critérios estabelecidos pelo MEC, a SED/MS organizará sua estrutura de governança de acordo com o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC.

O ProBNCC foi instituído pela Portaria MEC n. 331, de 5 de abril de 2018, com o objetivo de apoiar as Secretarias Municipais, Estaduais e Distrital de Educação no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC, em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios. Essa Portaria foi alterada pela Portaria MEC n. 756, de 3 de abril de 2019, para inserir aspectos específicos da implementação da BNCC no currículo do Ensino Médio.

De acordo com o documento orientador do ProBNCC, a equipe técnica responsável pela realização das ações de Implementação da BNCC, na etapa do Ensino Médio, será formada observando os critérios gerais de seleção. A composição da equipe técnica de Mato Grosso do Sul terá os seguintes perfis:

- 2 Coordenadores Estaduais, sendo 1 Consed e 1 Undime;
- 2 Articuladoras do Conselho Estadual de Educação;
- 1 Coordenador de Etapa;
- 4 Coordenadores de Área;
- 18 Redatores Formadores de Currículo;
- 1 Articulador de Itinerário de FTP;
- 1 Articulador de Itinerário Propedêutico;
- 1 Articulador entre Etapas.

Concomitante à construção do Currículo de Referência do Ensino Médio, Mato Grosso do Sul iniciará a escrita do Currículo de Referência para a Educação de Jovens e Adultos, na etapa do Ensino Médio, com base nas proposições da BNCC, considerando as características educacionais específicas do público que demanda essa modalidade

de ensino tais como: interesses, condições de vida, de trabalho e motivações para a construção de novos conhecimentos e Projeto de Vida.

Para o Currículo, foi elaborada a seguinte proposta de execução:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
<p>Objetivo 1: Elaborar o Currículo de Referência para etapa do Ensino Médio, alinhado à BNCC.</p>	<p>Definir a equipe técnica, de acordo com as orientações e critérios estabelecidos pelo ProBNCC.</p> <p>Definir cronograma semanal de encontros com os Redatores, para análise e estudo do documento da BNCC, dos marcos legais que orientam e norteiam esse processo, dentre outras atividades que serão realizadas com intuito de iniciar a construção da proposta curricular.</p> <p>Realizar constantemente reuniões de alinhamento acerca da definição da estrutura do documento, proposta de matrizes, Itinerários, e da Formação Geral Básica.</p> <p>Realizar Consulta Pública da Formação Geral Básica do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, Ensino Médio.</p> <p>Realizar Audiência Pública, para apresentação da segunda versão do Documento para os profissionais da educação e sociedade em geral.</p> <p>Encaminhar a versão final ao Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, para análise e aprovação.</p> <p>Constituir o Currículo de Ensino Médio para a Educação de Jovens e Adultos - EJA que considere as características próprias dos jovens, adultos e idosos.</p> <p>Envolver o Conselho Estadual de Educação durante o processo de discussão e elaboração da nova proposta curricular.</p> <p>Promover articulação entre as equipes do ProBNCC, Ensino Fundamental e Ensino Médio, a fim de garantir a integração e alinhamento do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul.</p>
<p>Objetivo 2: Construir Itinerários Formativos na REE/MS.</p>	<p>Definir a distribuição da carga horária de Formação Geral Básica e de Itinerários Formativos ao longo do ano letivo e da etapa.</p> <p>Definir e estruturar o processo de escuta da comunidade escolar na escolha dos Itinerários.</p> <p>Enviar orientações para que as escolas conduzam o processo de escuta na escolha dos Itinerários.</p> <p>Definir como será estruturada a oferta dos Itinerários Formativos.</p> <p>Definir critérios para identificar quais professores estarão aptos a lecionarem nos Itinerários Formativos das áreas de conhecimento</p> <p>Em consonância com o que já é prática na SED/MS, definir objetivos e estrutura do Projeto de Vida para o novo Currículo.</p> <p>Definir critérios para identificar quais profissionais estarão aptos a lecionarem nos Itinerários Formativos de Formação Técnica e Profissional, de acordo com as normativas vigentes.</p> <p>Estabelecer parcerias, a fim de possibilitar a oferta de Itinerários Formativos de Formação Técnica e Profissional, de acordo com as normativas vigentes.</p> <p>Escrever e encaminhar orientações para que as escolas contemplem os Itinerários Formativos e o Projeto de Vida na construção de seu Projeto Político-Pedagógico - PPP.</p>

5.2 FORMAÇÃO CONTINUADA

Conforme as alterações previstas na Lei n. 13.415/17, o estado de Mato Grosso do Sul, a partir do ano de 2019, precisará modelar e planejar formação continuada em consonância com a Reforma do Ensino Médio, que tem como foco o desenvolvimento integral do estudante em habilidades e competências nas quatro Áreas do Conhecimento, atreladas aos desafios do século XXI e à inserção dos Itinerários Formativos. Nesse sentido, a SED/MS, por meio da Coordenadoria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – CFOR, promove formações aos professores do Ensino Médio e Ensino Fundamental de acordo com o calendário escolar.

As formações voltadas para a implementação do NEM serão desenvolvidas com o grupo de especialistas no assunto da SED/MS e desenhadas a partir de um planejamento estratégico no início do ano letivo, alinhados ao contexto da REE/MS. Além disso, as formações objetivam priorizar um currículo integral centralizado na formação humana vinculado à ciência, cultura, tecnologia e ao trabalho.

Assim, são apresentadas, a seguir, propostas de execução para que se possa alcançar uma formação continuada dos professores, visando o ensino-aprendizagem do estudante vinculado às mudanças da Reforma do Ensino Médio na REE/MS.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
Objetivo 1: Constituir uma equipe de formação sobre o NEM, para planejar as formações a serem realizadas na REE/MS;	Mapear técnicos e profissionais da SED/MS com perfil formador.
Objetivo 2: Estruturar formações sobre a Formação Geral Básica, Itinerários Formativos e os quatro eixos estruturantes para os diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SED/MS;	Elaborar e desenvolver um plano de formação para os técnicos que formarão os diferentes públicos da rede de ensino.
Objetivo 3: Definir uma ementa formativa para diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SED/MS;	Priorizar assuntos da ementa formativa sobre a implementação do Ensino Médio para cada público-alvo.
Objetivo 4: Produzir materiais para os técnicos sobre a implementação do NEM para os diversos públicos que a REE/MS contempla (indígenas, quilombolas e educação especial);	Aprofundar sobre os impactos da reforma do Ensino Médio aos indígenas, quilombolas e educação especial.
Objetivo 5: Estabelecer um cronograma de execução para a formação dos diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SED/MS, adequando-se ao calendário escolar definido para os anos seguintes;	Realizar em todos os encontros formativos dos diferentes públicos-alvo e formadores o nível de satisfação e compreensão sobre o assunto abordado.
Objetivo 6: Executar a formação continuada para os técnicos e profissionais da SED/MS e, posteriormente, aos diretores, coordenadores pedagógicos e docentes nos conceitos do NEM;	Realizar ao longo das formações, adequações nos materiais formativos, considerando o nível de satisfação e compreensão nos encontros anteriores.
Objetivo 7: Monitorar o nível de compreensão sobre a implementação do NEM nos diversos públicos formados (técnicos, professores, coordenadores pedagógicos e gestores);	Mapear os técnicos e profissionais da SED/MS com perfil de produtores de materiais pedagógicos.
Objetivo 8: Produzir materiais didático-pedagógicos para utilização nos processos formativos, considerando metodologias inovadoras e dinamização de espaços de aprendizagens.	



5.3 RECURSOS DESCENTRALIZADOS

Os recursos descentralizados são aqueles transferidos e/ou repassados a outras instituições, que compreende, dentre outros, o Repasse de Manutenção Escolar, o Programa de Alimentação Escolar, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e seus programas agregados e o transporte escolar, este último repassado às Prefeituras Municipais.

Cada um desses recursos tem suas funcionalidades e propósitos. Com a implementação do NEM é necessário compreender e mapear os impactos que poderão afetar esses recursos.

5.3.1 Repasse de Manutenção Escolar

Este recurso é destinado às unidades escolares, e gerido pelo diretor, para manter despesas com materiais de consumo, serviços e pequenos reparos, visando melhorias estruturais e atendimento das necessidades básicas diárias advindas do cotidiano escolar. Além da aquisição de gás de cozinha para atender a merenda escolar. É realizado em dois dispêndios um no primeiro e outro no segundo semestre do ano letivo.

Considerando as especificidades de adequações para atender a implementação do NEM, referente ao Recurso de Manutenção Escolar, acredita-se que seja indispensável um levantamento das escolas piloto que serão enquadradas nas novas mudanças, além de uma previsão de implementação integral, com o intuito de apurar as condições do estado para manter as alterações físicas e financeiras que forem ocorrer. Para tanto, segue proposta de execução para esse segmento.



OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
Adaptar a estrutura das unidades escolares para implementação do NEM, levando em consideração a necessidade de adequação dos repasses financeiros.	Levantamento das unidades escolares e suas especificidades referente aos números de estudantes por modalidade de ensino.
	Levantamento das unidades escolares e suas especificidades referente à infraestrutura física, ou seja, se possuem piscina e/ou extensão.
	Levantamento das unidades escolares piloto que forem dispor de 6º tempo.
	Levantamento das unidades escolares piloto que serão implementadas com o NEM.
	Estudo do impacto financeiro voltado à implementação parcial e integral das novas atribuições do NEM nas unidades escolares.
	Criação de um complemento fixo de valor para atender às unidades escolares que dispõem de 6º tempo.

5.3.2 Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE oferece alimentação escolar aos estudantes de todas as etapas de ensino da Educação Básica. O recurso é repassado ao estado em 10 parcelas, referente a 200 dias letivos, conforme o número de matrículas informado ao Censo Escolar do exercício anterior.

O Estado de Mato Grosso do Sul descentraliza este recurso para as Associações de Pais e Mestres – APM das unidades escolares. Cada presidente das associações gerencia a compra dos alimentos para atender aos estudantes, devendo ser destinado o percentual de 30% na compra direta de produtos da agricultura familiar. Há também uma contrapartida repassada pelo Estado de Mato Grosso do Sul, a fim de complementar o recurso proveniente do Governo Federal.

Dessa maneira, segue proposta de execução que se faz essencial nesse segmento.

OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
Mapear o impacto financeiro que a implementação parcial e integral irá causar no Recurso de Alimentação Escolar.	Levantamento das unidades escolares e suas especificidades referente ao número de estudantes por modalidade de Ensino.
	Levantamento das unidades escolares piloto que forem dispor de 6º tempo.
	Levantamento das unidades escolares piloto que serão implementadas com o NEM.
	Estudo do impacto financeiro voltado à implementação parcial e integral das novas atribuições do NEM nas unidades escolares.
	Estudo quanto à possibilidade de criação de valor per capita para atender às unidades que dispõem de 6º tempo.

5.3.3 Transporte Escolar

O Programa visa transferência financeira, por meio de convênios, aos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, com exceção ao município de Campo Grande, pois a este é repassado de outra forma, com o objetivo de custear despesas com peças, manutenção e serviços contratuais dos veículos que pertencem à frota de atendimento aos estudantes da zona rural, matriculados na REE/MS, com transporte escolar a suas respectivas unidades escolares. Este recurso é embasado pela Lei n. 5.146, de 27 de dezembro de 2017, e é repassado para os municípios em 4 dispêndios durante o ano letivo, com os valores estabelecidos de acordo com a Resolução/SED n. 3.553, de 11 de janeiro de 2019.

O município de Campo Grande é igualmente atendido pelo transporte escolar, no entanto, o serviço é contratado diretamente com os fornecedores, sendo o pagamento realizado mensalmente pelo período de 10 meses.

As informações apresentadas têm como objetivo principal a implementação do NEM, a princípio nas escolas-piloto, a fim de compreender as especificidades físicas e financeiras que esta ação acarretará referente ao recurso de transporte escolar. Prontamente compreendido o cenário de implantação, tem-se como meta a implementação integral das alterações advindas dessa mudança.

OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
Mapear os impactos físicos e financeiros da ampliação da carga horária no que se refere ao transporte escolar, bem como a reestruturação dos convênios com os municípios para a oferta de transporte escolar.	Levantamento das unidades escolares e suas especificidades referente ao número de estudantes por modalidade de ensino.
	Levantamento das unidades escolares piloto que forem dispor de 6º tempo.
	Levantamento das unidades escolares piloto que serão implementadas com o NEM.
	Estudo do impacto financeiro nos custos do transporte escolar, decorrente da implementação parcial e integral da nova carga horária do ensino médio.
	Levantamento dos veículos, por município, que atendem o transporte escolar, contendo tipo do veículo e capacidade.
	Mapeamento das rotas, linha mista e linha pura, para verificar a necessidade de complementação de veículos, bem como do aumento do quilômetro rodado para atendimento do 6º tempo.
	Levantamento financeiro na possibilidade de aumento de frota e rota no atendimento do 6º tempo.
	Estudo de criação de um valor per capita para atendimento das unidades escolares que dispõem de 6º tempo.

5.4 ARTICULAÇÃO COM PARCEIROS LOCAIS

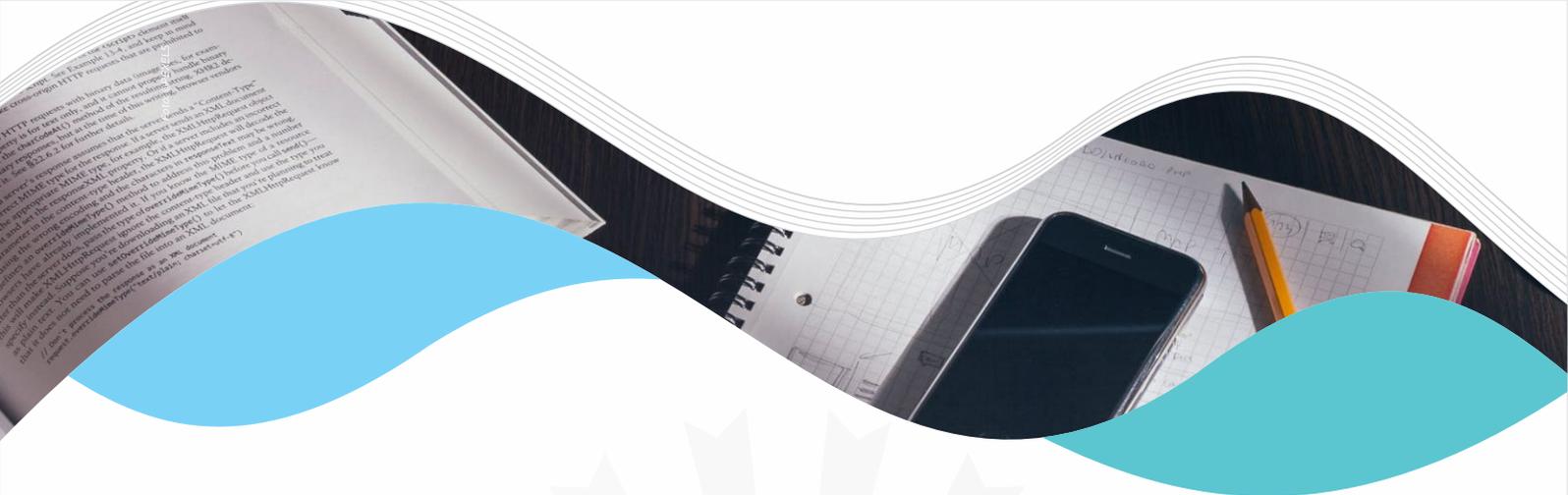
Historicamente, a taxa de desemprego entre jovens supera a dos adultos. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgados em agosto de 2018, mostram a taxa geral de desemprego em 12,4%, enquanto que a taxa entre os trabalhadores de 18 a 24 anos sobe para 26,6%.

Entende-se como taxa de desemprego o indicador econômico divulgado pelo IBGE, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, considerando a proporção de pessoas desempregadas em relação à chamada População Economicamente Ativa – PEA, ou seja, pessoas cuja faixa etária permite que elas trabalhem, estejam elas ocupadas ou não. Segundo a gerência do PNAD, há muitas barreiras que impedem o jovem de ingressar no mundo do trabalho e uma delas é a falta de capacitação. Os empregadores têm tendência de contratar quem tem experiência ao invés de custear um treinamento.

Com a implementação dos itinerários formativos, espera-se impactar positivamente a comunidade, estimulando jovens a identificarem suas vocações e seus anseios, tornando-os aptos para a vida em sociedade, em especial, na área profissional.

Para garantir as alterações decorrentes da reforma do ensino médio, faz-se necessário articular as instituições locais para a implementação e manutenção dessa oferta, por meio de ações que auxiliem o jovem em seu desenvolvimento pessoal e profissional, buscando firmar convênios e parcerias, tanto na área educacional, quanto na institucional, pertencentes ao setor público e/ou privado.

OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
<p>Identificar os Itinerários Formativos a serem ofertados pela SED/MS e viabilizar parcerias com os poderes executivo e legislativo municipal, bem como com o setor produtivo local, visando formar profissionais necessários às demandas do município e promover a empregabilidade.</p>	Promover a articulação entre as instituições locais e o Governo do Estado para a implementação do NEM da SED/MS, por meio de encontros nos municípios sedes das escolas-piloto.
	Sensibilizar a classe empresarial local para a importância do encontro e de suas consequências.
	Identificar os desafios do município e as formações profissionais necessárias para atender essa demanda.
	Realizar a escuta ativa dos interesses dos estudantes do 9º ano, nas escolas-piloto.
	Definir cronograma de cursos a serem ofertados a curto, médio e longo prazo, pela equipe da Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional – COPEMEP, tendo como meta a implantação de, ao menos, dois Itinerários Formativos propedêuticos e o de formação técnica e profissional nos municípios que sediam as escolas-piloto.
	Verificar a viabilidade da oferta pela escola-piloto, analisando estrutura física, materiais e corpo docente.
	Firmar parcerias para estágios, visitas técnicas e/ou aulas práticas.
	Acompanhar o efetivo ingresso dos jovens no mundo do trabalho.



5.5 COMUNICAÇÃO PARA INFORMAR À COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

Com a finalidade de apresentar o NEM para a comunidade escolar e a sociedade em geral, além de explanar como foi o processo de construção do Currículo de Referência do Ensino Médio, pretende-se estruturar um plano de comunicação.

Segundo Costa (2009, p. 24):

A comunicação humana é a ferramenta que possuímos para construir relacionamentos. Ela nos oferece a possibilidade de gerar conhecimento, entendimento, aceitação, comprometimento e ação. A comunicação é fundamental para o ser humano conhecer pessoas, descobrir caminhos e oportunidades de troca e crescimento. (COSTA, 2009, p. 24)²

Nesse contexto, faz-se necessária a utilização de espaços voltados para a comunicação acerca das ações oficiais do Governo do Estado, tais como redes sociais, sites, canais de TV Aberta e de rádio. Para atingir os diversos públicos, a SED/MS utilizará os canais de comunicação já estabelecidos e de controle direto, tais como site da SED/MS, site do Governo e canal da Secretaria no Youtube (Educação MS), além do espaço semanal no Facebook do Governo de MS.

Nos canais supracitados, poderão ser veiculados materiais que sirvam de pauta para os veículos de imprensa, com detalhes técnicos de âmbito geral, apresentação das propostas e exemplos da implementação em unidades escolares onde o trabalho já esteja em desenvolvimento.

Destaca-se que a distribuição desses materiais será acompanhada de peças voltadas para redes sociais, elaboradas pela equipe de Comunicação da SED/MS, pensadas de acordo com cada público que se objetiva atingir. Quando direcionadas para os estudantes, serão utilizadas peças com cores mais vivas, com maior apelo visual. Para os demais membros da comunidade escolar, o foco será em artes mais sóbrias, com apelo para a confiança e credibilidade.

Por fim, em paralelo às ações descritas acima, a equipe de comunicação da SED/MS contará com a colaboração da equipe de marketing do Governo do Estado, que poderá contribuir com a elaboração de campanhas nos espaços de programação – patrocinados – das TVs e rádios, bem como em sites e jornais. Essas campanhas também deverão conter os dados destacados acima como pontos válidos para a imprensa em geral, por também se tratar de um material voltado para a prestação de serviços. A seguir é apresentado a síntese dessa proposta de execução.

² COSTA, M. C. L. *Serviço público: a questão das relações interpessoais e a comunicação*. Monografia (Especialização em Gestão de Recursos Humanos), Universidade Cândido Mendes, Niterói, p. 24, 2009.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
<p>Objetivo 1: elaborar materiais para divulgação sobre as mudanças do EM, na comparação com o modelo atual, no âmbito das escolas e comunidade.</p>	<p>Serão criadas artes digitais para a construção de cartazes de divulgação sobre a implementação do NEM, em 2021, bem como sobre a formação dos profissionais envolvidos. Parte do material permanecerá no formato virtual, para compartilhamento nas redes sociais e grupos da SED/MS, e parte dele será enviado para as escolas no formato de material impresso, para que as escolas possam utilizar como material físico e sinalizar os recados nos locais de maior movimentação e permanência dos estudantes (corredores e bibliotecas, por exemplo).</p> <p>Dentro da proposta de criação de materiais físicos, serão elaborados panfletos e similares com o objetivo de explicar questões de âmbito geral sobre temas, como: "Você sabe o que é o NEM? O que muda no NEM? Dentro dessa proposta, o material será enviado para as escolas que estiverem trabalhando com o Novo Ensino Médio e também para aquelas que só iniciam o trabalho no ano seguinte.</p> <p>Para a complementação, serão criadas peças com recursos multimídia, tais como animações, vídeos e artes no formato de "cards", explicando sobre o NEM, mas, desta vez, tratando de temas mais específicos e pontuais. Sendo assim, serão elaborados juntamente com a equipe responsável pelo Ensino Médio da SED/MS.</p> <p>Com todas as informações já confirmadas, bem como datas e cronogramas em geral, serão elaborados textos de caráter jornalístico para veiculação nos sites da SED/MS e Governo do Estado, a fim de pautar os órgãos de imprensa.</p>
<p>Objetivo 2: desenvolver campanhas para informar à população sobre a implantação do NEM e as principais modificações, por meio de diferentes canais de comunicação.</p>	<p>Divulgação das peças nas redes sociais da Secretaria e também com o apoio dos multiplicadores dentro da SED/MS, que auxiliarão na distribuição dos materiais para gestores e professores da REE/MS.</p> <p>Concomitante à distribuição dos materiais citados acima, serão realizadas transmissões ao vivo (lives), por meio dos canais já utilizados pela pasta, tais como Facebook e/ou YouTube do Governo do Estado e da SED/MS – respectivamente – sempre com a participação da equipe pedagógica responsável pela implementação do NEM na REE/MS. Este passo será voltado para a apresentação das novidades à comunidade escolar e esclarecimento de dúvidas já recebidas durante os passos anteriores.</p> <p>Divulgação dos textos produzidos pela Secretaria com o objetivo de destacar as mudanças e esclarecer pontos considerados cruciais sobre o NEM em canais jornalísticos. A prioridade será o trabalho com os veículos de maior alcance digital, no primeiro momento, seguido de jornais e rádios que, por fim, pautarão o trabalho das redações de TV que farão materiais mais aprofundados sobre o tema.</p> <p>Por fim, será feita divulgação de materiais especiais e campanhas elaboradas pela equipe de comunicação do Governo do Estado, utilizando peças publicitárias de maior orçamento, com o objetivo de consolidar as novidades já passadas em outros momentos – aqui propostos – e para buscar o contato com pessoas que não tiveram acesso às publicações via imprensa ou redes sociais. Neste ponto, a divulgação sobre o NEM seguirá também nos canais televisivos abertos, por meio de noticiários e entrevistas.</p>



5.6 MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR PARA ENVOLVIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

A Gestão Democrática propõe a participação dos vários segmentos que compõem a comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários. Essa participação atua diretamente nas diferentes etapas da Gestão Escolar – planejamento, implementação e avaliação – orientando a construção de projetos e processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática.

Para o melhor desempenho da Gestão Escolar, a atuação do Gestor, dentro da proposta da Gestão Democrática, considera algumas dimensões que melhoram a autonomia administrativa, financeira, pedagógica e a otimização de tempo e processos nas instituições de ensino regular e cursos. Conforme a Lei n. 9.394/96 – LDB, as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática. Esse modelo de gestão propõe como condição resistir às formas conservadoras de organização e gestão escolar. Sobre essa observação, Libâneo (2006, p. 328) propõe:

Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuam para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes. (LIBÂNEO, 2006, p. 328)

Na atualidade, o processo educativo tem saído dos muros da escola, atingindo outros espaços. Esse cenário desafia os educadores a repensar a prática pedagógica, e a relação escola x comunidade é muito discutida dentro da proposta da Gestão Democrática, visto que esta parceria com as famílias (pais e responsáveis) é muito importante para que eles se sintam acolhidos pela equipe pedagógica, com o propósito de ter canais de comunicação efetivos com a escola. Salienta-se que deve, também, contemplar a construção de uma relação positiva com a população do entorno da unidade escolar para o bom desenvolvimento da escola.

A população de Mato Grosso do Sul é composta por uma rica diversidade de origens e culturas, que inclui pessoas de diferentes nacionalidades, migrantes de todas as regiões do país, populações do campo (incluindo os acampamentos e assentamentos), comunidades em áreas indígenas e em áreas remanescentes de



Foto: PEXELS

quilombos e povos das águas (populações ribeirinhas e pantaneiras). Essa diversidade requer de cada diretor um olhar diferenciado ao elaborar o seu Plano de Gestão, já que este deve estar em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico, considerando a realidade da sua comunidade escolar, para assegurar ao estudante o acesso, bem como a permanência com qualidade e o êxito no processo de escolarização.

Nesse sentido, todos da comunidade escolar (gestores, coordenadores, professores, funcionários, estudantes e famílias) devem participar de forma efetiva do cotidiano escolar, seja de forma individual e direta, ou representados por instituições como a Associação de Pais e Mestres, o Colegiado Escolar e o Grêmio Estudantil, contribuindo na construção do PPP, já que esse deve ser pensado conjuntamente, pois cada segmento tem seus anseios e objetivos, que devem culminar em pontos comuns para cumprir a função social e política da escola. Assim, o PPP é o manual de instrução da entidade, porque:

busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica, reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 2004, p.13).

A mobilização da comunidade escolar é necessária para fortalecer o engajamento de todos na implementação de reformas educacionais que visam assegurar aos estudantes o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, como preceitua o Plano Nacional de Educação - PNE. Desse modo, considerando a BNCC, o gestor escolar, com o auxílio da comunidade, deve refletir sobre o que o estudante deseja formar e qual ambiente pedagógico se deve construir para garantir um patamar comum de aprendizagem a todos os estudantes.

Cabe à comunidade escolar também o papel de fiscalizar as ações de cada segmento da escola, no intuito de controlar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Para isso, a SED/MS implantou, em 2002, a Avaliação Institucional Externa - AIEMS, que consiste num processo sistemático e contínuo que permite mensurar a qualidade da oferta de ensino e avaliar o funcionamento das escolas em

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola uma construção possível*. Ed. Papirus, v.17, 2004.

suas dimensões. Essa avaliação é uma ferramenta que objetiva avaliar a gestão administrativa, os processos pedagógicos e organizacionais e, até mesmo, as condições estruturais da instituição. Tem um papel preponderante, visto que possibilita a construção da autonomia da unidade escolar, produzindo mudanças na melhoria da qualidade do ensino.

Ademais, quando a comunidade escolar protagoniza novas mudanças, propostas a partir de suas contribuições, há maior engajamento e valorização das ações a serem executadas no âmbito da instituição escolar, principalmente neste momento de implantação da proposta do NEM, que contempla, além das aprendizagens comuns e obrigatórias, definidas pela BNCC, os Itinerários Formativos, relacionados às áreas de conhecimento e com a formação técnica e profissional. Dessa forma, os estudantes poderão escolher aprofundar seus conhecimentos naquilo que mais se relaciona com seus interesses e talentos.

Com a prerrogativa do direito à escolha, valoriza-se o protagonismo juvenil, pois é dada ao educando a oportunidade de participação, de forma ativa, no processo de aprendizagem, transformando-o em autônomo, solidário, competente, capaz de desenvolver uma visão do seu próprio futuro e transformá-lo em realidade, para responder aos contextos e desafios advindos das demandas sociais.

Com base nisso, é estabelecida a seguinte proposta de execução:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
Objetivo 1: mobilizar a participação da comunidade escolar, para definir a oferta dos Itinerários Formativos, de acordo com as possibilidades do sistema de ensino.	Elaborar campanhas publicitárias sobre o NEM, para serem veiculadas nas mídias em geral, com uma linguagem jovem e de apelo motivacional, a fim de incentivar o engajamento e a participação da comunidade em geral. Essas peças publicitárias deverão conter explicações sobre o NEM, com seus respectivos Itinerários;
	Confeccionar cartazes, folders, banners e outros materiais de propaganda para serem afixados nas unidades escolares;
	No início do ano letivo, realizar formação de gestores e coordenadores, de forma presencial ou virtual, demonstrando a estrutura do NEM e como se dará a sua implementação;
Objetivo 2: envolver a comunidade escolar na elaboração/revisão do Projeto Político-Pedagógico.	Disponibilizar para a comunidade em geral canais de comunicação (plataformas virtuais ou telefones) para que as pessoas possam tirar dúvidas em relação ao NEM;
	Elaborar e disponibilizar um documento orientador sobre a revisão e (re)adequação do PPP, que contemple o NEM;
	Disponibilizar suporte técnico e pedagógico às escolas, a fim de suprir as demandas advindas em relação à adequação do PPP;
	Disponibilizar, em calendário, formação continuada especificamente para a discussão e elaboração do PPP.



Para o alcance desses objetivos específicos, serão necessárias ações de responsabilidade da unidade escolar, sendo elas no Objetivo 1:

- Promover, no início do ano letivo, minicursos, palestras, encontros, presenciais ou virtuais, para a formação de professores, orientando-os em relação às especificidades do NEM. Essas ações devem ficar sob a responsabilidade dos gestores e coordenadores previamente capacitados;
- Realizar, no início do ano letivo, uma acolhida para os estudantes, com estandes personalizados, contendo explicações sobre os Itinerários Formativos previstos na proposta pedagógica da escola;
- Explicitar, a partir de palestras sobre o NEM, qual o prazo para implantação, qual o papel do estudante nesta etapa inicial e como será a oferta dos Itinerários Formativos;
- Durante o ano, realizar trabalho de sensibilização junto aos integrantes da Associação de Pais e Mestres, do Colegiado Escolar e do Grêmio Estudantil, para engajamento dessas organizações na implantação do NEM, já que esses representantes podem atuar como mediadores entre estudantes e escola. Para isso, é imprescindível dar embasamento teórico aos integrantes dessa engrenagem, definir o papel que cabe a cada instituição, identificar o público-alvo que deve ser atendido, para que as ações converjam para o mesmo objetivo;
- Criar espaços e tempos de diálogo com os estudantes, mostrando as possibilidades de escolha, avaliando os seus interesses e, conseqüentemente, orientando-os em seu projeto de vida. Isso pode ser feito a partir de projetos desenvolvidos pelos próprios professores, como seminários, rodas de conversa, questionários estruturados e outras estratégias de escuta que permitam a reflexão e o debate de ideias;
- Realizar enquête com os estudantes para saber quais Itinerários Formativos mais os interessam: (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Formação Técnica e Profissional) e, para tanto, pode-se utilizar ferramentas e/ou plataformas digitais para a realização da enquête. O resultado desse diagnóstico é primordial para saber os interesses da comunidade escolar, e assim, organizar a oferta de matrículas na Rede;
- Orientar aos representantes do Grêmio Estudantil para que atuem junto aos estudantes no sentido de promover ações para a conscientização, sensibilização e

discussão sobre o NEM, incentivando, assim, a participação de todos nas decisões da escola, oportunizando o desenvolvimento do protagonismo juvenil, cujas ações podem ser direcionadas para projetos que culminem em feiras, mesas redondas, seminários, blogs, painéis de comunicação e outros eventos;

- Apresentar para as famílias, durante os encontros previstos em calendário, o novo modelo de Ensino Médio e como se dará a implantação, demonstrando as ações que serão realizadas no decorrer do ano e, ainda, receber sugestões. Nesses encontros, é importante a participação de cada segmento escolar, para que todos exponham suas ideias a partir do seu lugar social.

E, no Objetivo 2:

- Mobilizar todos os segmentos da escola para a elaboração e/ou revisão do PPP, adequando-o para contemplar as especificidades do NEM. Essa mobilização deve ser constante, pois o referido documento deve ser construído conjuntamente, ao longo do ano;
- Disponibilizar a minuta do PPP, em plataforma virtual, para que todos contribuam para uma escrita coletiva.



5.7 ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

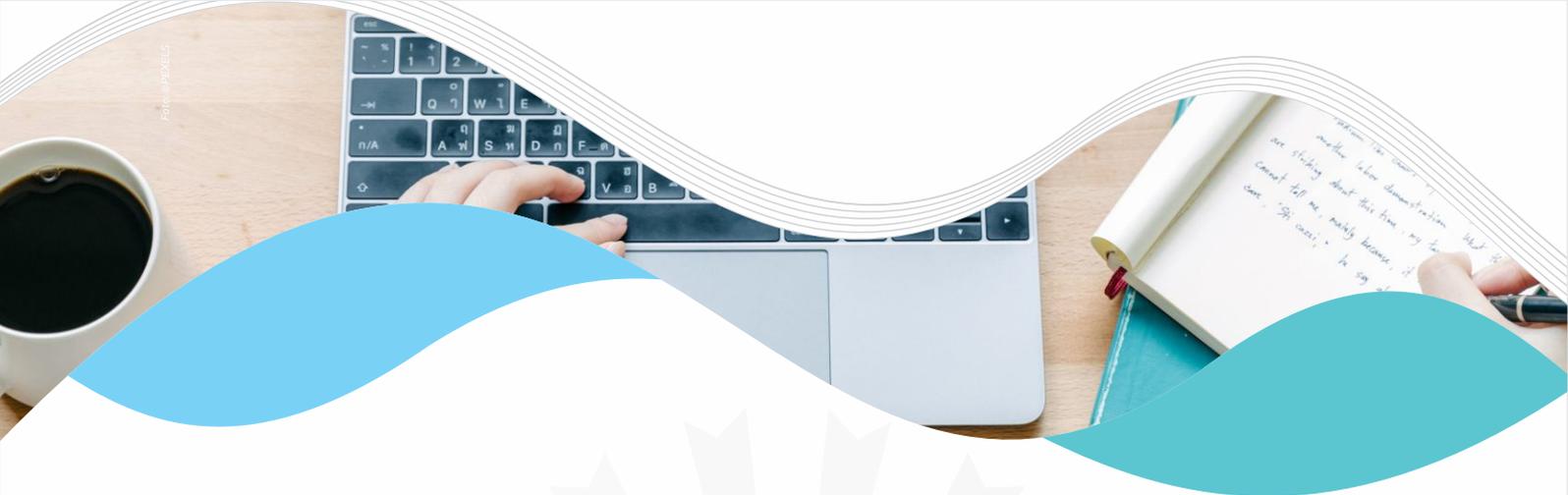
A SED/MS tem fomentado estratégias e ações para promoção da equidade de gênero no ambiente escolar, atendendo as normativas vigentes, no âmbito nacional e estadual, para a melhoria da qualidade da educação e a implementação de políticas públicas de forma equitativa e efetiva.

Segundo a Organização da Nações Unidas – ONU, a desigualdade de gênero é uma das violações mais persistentes dos direitos humanos em nossos tempos, fazendo-se necessária a ampliação de ações que visem mitigar essa disparidade. Tendo como referência esse dado, a SED/MS, em consonância com o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul – PEE/MS (2014 a 2024) e a Portaria/MEC n. 649, de 10 de julho de 2018, traçou estratégias para fortalecer a promoção de equidade de gênero, a fim de subsidiar a implementação do NEM.

De acordo com o documento orientador, os elementos fundamentais para fortalecer a equidade de gênero são:

- I. A implementação de intervenções específicas voltadas para equidade de gênero;
- II. Formação continuada de profissionais da educação no sentido de agregar conhecimento sobre como usar estratégias específicas de gerenciamento de sala de aula para envolver meninas e meninos, priorizando jovens em escolas vulneráveis, reconhecendo vieses inconscientes de gênero e locus social e desenvolvendo estratégias de ensino promotoras da participação equitativa;
- III. Campanhas de divulgação e estratégias de promoção de demanda equitativa por itinerários formativos;
- IV. Estratégias para atender de forma equitativa os meninos e as meninas nos diferentes itinerários formativos;
- V. Ações de promoção da participação de meninas em itinerários formativos associados às ciências da natureza, à matemática e à tecnologia. (BRASIL, 2018, p. 13, 14).

Visando atender os itens supracitados, o presente instrumento tem por objetivo estabelecer estratégias voltadas a execução de ações equitativas, que não acentuem os desequilíbrios de acesso e conclusão do Ensino Médio entre meninos e meninas.



OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
<p>Dinamizar políticas públicas de equidade de gênero, no âmbito do NEM.</p>	<p>Orientar e acompanhar os redatores do Currículo para que a equidade de gênero esteja presente no Currículo de Referência do NEM, bem como a construção de Itinerários que contemplem a participação de meninos e meninas, por meio de rodas de conversas, webinários com especialistas e grupo de estudo;</p>
	<p>Ofertar formação continuada aos profissionais docentes da REE/MS, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações pedagógicas nas áreas de conhecimento, promovendo a equidade de gênero e a exequibilidade de práticas pedagógicas promotoras da participação equitativa;</p>
	<p>Orientar as escolas da REE/MS, conforme realidade local, a promover campanhas midiáticas para a divulgação dos Itinerários Formativos e ressignificação das profissões para promoção da equidade de gênero, por meio de: Podcast, Talk show, Youtube; Facebook; Instagram, Twitter, dentre outros;</p>
	<p>Estabelecer parâmetros no Sistema de Gestão Escolar para o diagnóstico e acompanhamento do quantitativo de matrículas, por gênero, nos diferentes Itinerários Formativos;</p>
	<p>Promover capacitação aos profissionais docentes da REE/MS, em parceria com as instituições de Ensino Superior, a fim de incentivar e/ou ampliar a participação equitativa das meninas nos Itinerários Formativos associados às ciências, à matemática e à tecnologia.</p>





Foto: @PEXELS

5.8 ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA A EQUIDADE URBANO-RURAL E SOCIAL

Visando promover a equidade no atendimento da população sul-mato-grossense, das áreas urbana, rural e das populações tradicionais: do campo, indígena e quilombola, a SED/MS promove e orienta o desenvolvimento de ações para a educação cidadã na perspectiva das relações étnico-raciais, considerando a multiculturalidade e pluralidade étnica do Estado.

Tendo como referência as Diretrizes orientadoras dispostas na LDB n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, na Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, a SED/MS organiza, desenvolve e mantém ações que visam proporcionar a equidade no atendimento das populações, tanto urbano quanto rural, ampliando a equidade social e o acesso a uma educação igualitária e inclusiva.

OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
<p>Promover a educação das Relações Étnico-raciais e para equidade urbano-rural e social, na perspectiva de uma escola inclusiva, no âmbito do NEM.</p>	<p>Acompanhar e orientar os redatores do Currículo acerca dos diálogos que permeiam as ações e estratégias específicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais e para a equidade urbano-rural e social no ambiente escolar, na perspectiva da escola inclusiva;</p>
	<p>Ofertar a formação continuada aos profissionais docentes da REE/MS, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações pedagógicas nas áreas do conhecimento, com ênfase nos princípios educacionais e normativas vigentes no âmbito nacional e estadual, que assegure as relações étnico-raciais, os Direitos Humanos e a Educação Especial e Inclusiva;</p>
	<p>Coletar dados de matrículas de estudantes dos recortes étnico-raciais (imigrantes, indígenas, quilombola, negros e outros), público da educação especial e de gênero, a fim de gerar dados/informações para implementar e elaborar ações que possibilitem a equidade no atendimento;</p>
	<p>Estimular a escrita de componentes curriculares – eletivas - pela escola, que contemple a temática étnico-racial, a equidade urbano-rural e social, promovendo o direito, reconhecimento, respeito e aceitação do outro, na perspectiva de uma escola inclusiva;</p>
	<p>Incentivar o relacionamento escola/comunidade no intuito de proporcionar maior interatividade dos públicos mencionados com a educação, favorecendo a compreensão do espaço escolar como fator integrador nas comunidades.</p>

5.9 SISTEMA DE MATRÍCULAS E CONTRATAÇÃO

Considerando as possíveis normativas a serem regulamentadas, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, com vistas à implementação do Novo Ensino Médio nas instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, vislumbra-se os impactos nos sistemas de matrícula e de contratação da REE/MS, aos quais serão necessários devidas intervenções e atualizações. Nesse sentido tem-se a seguinte proposta de execução:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
Objetivo 1: analisar o sistema de matrículas e verificar atualizações necessárias para implementação do NEM.	Mapear o sistema de matrículas atual;
	Identificar alterações necessárias para a implementação do NEM;
	Levar proposta para o Conselho Estadual de Educação;
	Alinhar o posicionamento com os membros da SED/MS que estão no CEE/MS;
	Articular com o CEE/MS as discussões.
Objetivo 2: analisar o processo de certificação da etapa e eventuais alterações necessárias para a implementação do NEM.	Mapear como é o processo de certificação da etapa atual;
	Identificar alterações necessárias para a implementação do NEM;
	Levar proposta para o Conselho Estadual de Educação;
	Alinhar o posicionamento com os membros da SED/MS que estão no CEE/MS;
	Articular com o CEE/MS as discussões;
Objetivo 3: analisar os editais de contratação e de concurso públicos e eventuais alterações necessárias para a implementação do NEM.	Mapear como ocorrem os editais de contratação e de concursos públicos atualmente;
	Identificar alterações necessárias para a implementação do NEM;
	Levar proposta para o Conselho Estadual de Educação;
	Alinhar o posicionamento com os membros da SED/MS que estão no CEE/MS;
	Articular com o Conselho as discussões.
Objetivo 4: analisar o processo de contratação de profissionais com notório saber e eventuais alterações necessárias para a implementação do NEM.	Mapear como ocorre o processo de contratação de profissionais com notório saber, atualmente;
	Identificar alterações necessárias para a implementação do NEM;
	Levar proposta para o Conselho Estadual de Educação;
	Alinhar o posicionamento com os membros da SED/MS que estão no CEE/MS;
	Articular com o CEE/MS as discussões.

6. MATRIZ DE INDICADORES

Para a execução do PLI, a SED/MS estipulou alguns indicadores para monitorar e acompanhar o processo de implementação. Nesse sentido, foram definidas metas, em consonância com o Plano Estadual de Educação e com o Plano Nacional de Educação, que permitirão analisar a estruturação do NEM.

6.1 PERCENTUAL DE ESCOLAS COM CARGA HORÁRIA DE PELO MENOS MIL HORAS ANUAIS

A REE/MS conta com 56 escolas com mais de 1.000 horas anuais no ano de 2019. Esse número representa cerca de 18% das escolas de Ensino Médio da Rede. O Gráfico 21 revela o percentual de escolas projetadas para se tornarem de 1.000 horas anuais até o ano de 2022.

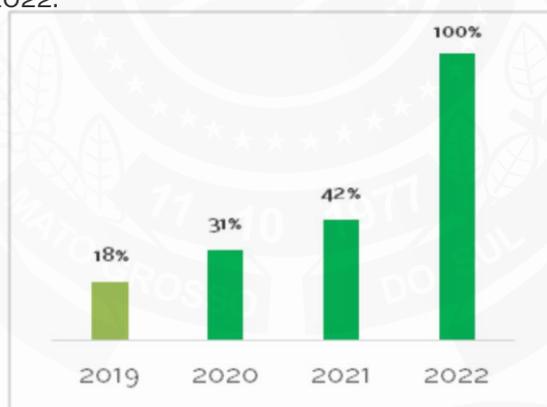


Gráfico 21 - Percentual de escolas projetadas para se tornarem de 1.000 horas anuais até o ano de 2022

6.2 TAXAS DE RENDIMENTO

As taxas de rendimento são compostas por três indicadores que serão apresentados a seguir: taxas de aprovação, reprovação e abandono na REE/MS.

6.2.1 Taxas de aprovação das escolas de Ensino Médio da REE/MS

No ano de 2019, os estudantes do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul apresentaram uma taxa de aprovação de 81,1%. Tendo como base projeções realizadas pela SED/MS, estabeleceu-se como meta um aumento bianual de 2,5% na taxa de aprovação da Rede.



Gráfico 22 - Taxa de aprovação de estudantes no ano de 2019 e projeções bienais até 2025

6.2.2 Taxas de reprovação das escolas de Ensino Médio da REE/MS

No ano de 2019, os estudantes do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul apresentaram uma taxa de reprovação de 12,1%. Tendo como base projeções realizadas pela SED/MS, estabeleceu-se como meta uma redução bianual de 1,6% na taxa de reprovação da Rede.

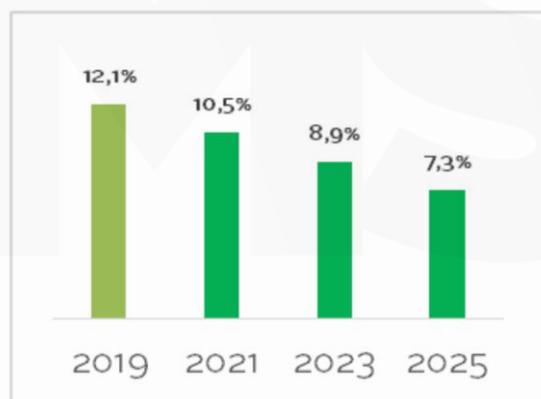


Gráfico 23 - Taxa de reprovação de estudantes no ano de 2019 e projeções bienais até 2025

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – Censo Escolar 2019



6.2.3 Taxas de abandono das escolas de Ensino Médio da REE/MS

No ano de 2019, os estudantes do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul apresentaram uma taxa de abandono de 6,8%. Tendo como base projeções realizadas pela SED/MS, estabeleceu-se como meta uma redução bianual de 0,9% na taxa de abandono da Rede.

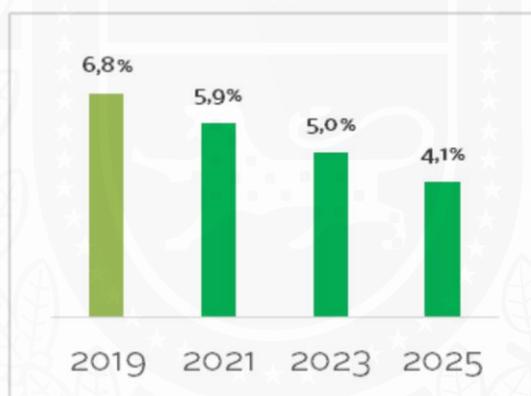


Gráfico 24 - Taxa de abandono de estudantes no ano de 2019 e projeções bianuais até 2025

Colocando os três indicadores em uma única representação gráfica, é possível observar o cenário macro, com o objetivo pretendido pelo Estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere às taxas de rendimento. No gráfico a seguir, observa-se como a etapa de Ensino Médio da REE/MS estava no ano de 2019, e como pretende estar no ano de 2025.

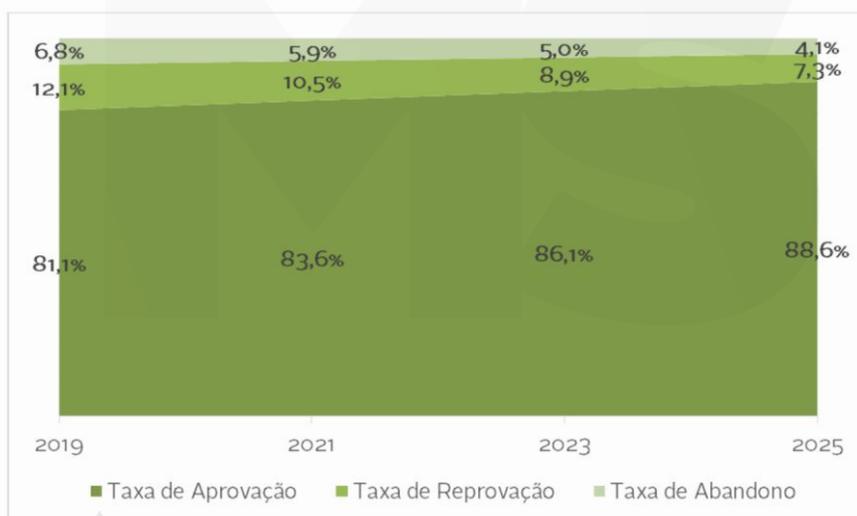


Gráfico 25 - Projeções bianuais referentes aos indicadores de aprovação, reprovação e abandono

6.3 VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DA REE/MS

A Nota do Ensino Médio da REE/MS no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB de 2019 foi igual a 4,1; abaixo da meta de 4,5 projetada para o ano. O PNE e o PEE/MS trazem as metas do IDEB, da etapa do Ensino Médio, de 2019 e 2021 como 4,5 e 4,7, respectivamente.



Gráfico 26 - IDEB do Ensino Médio da REE/MS e metas projetadas

6.4 OUTROS INDICADORES

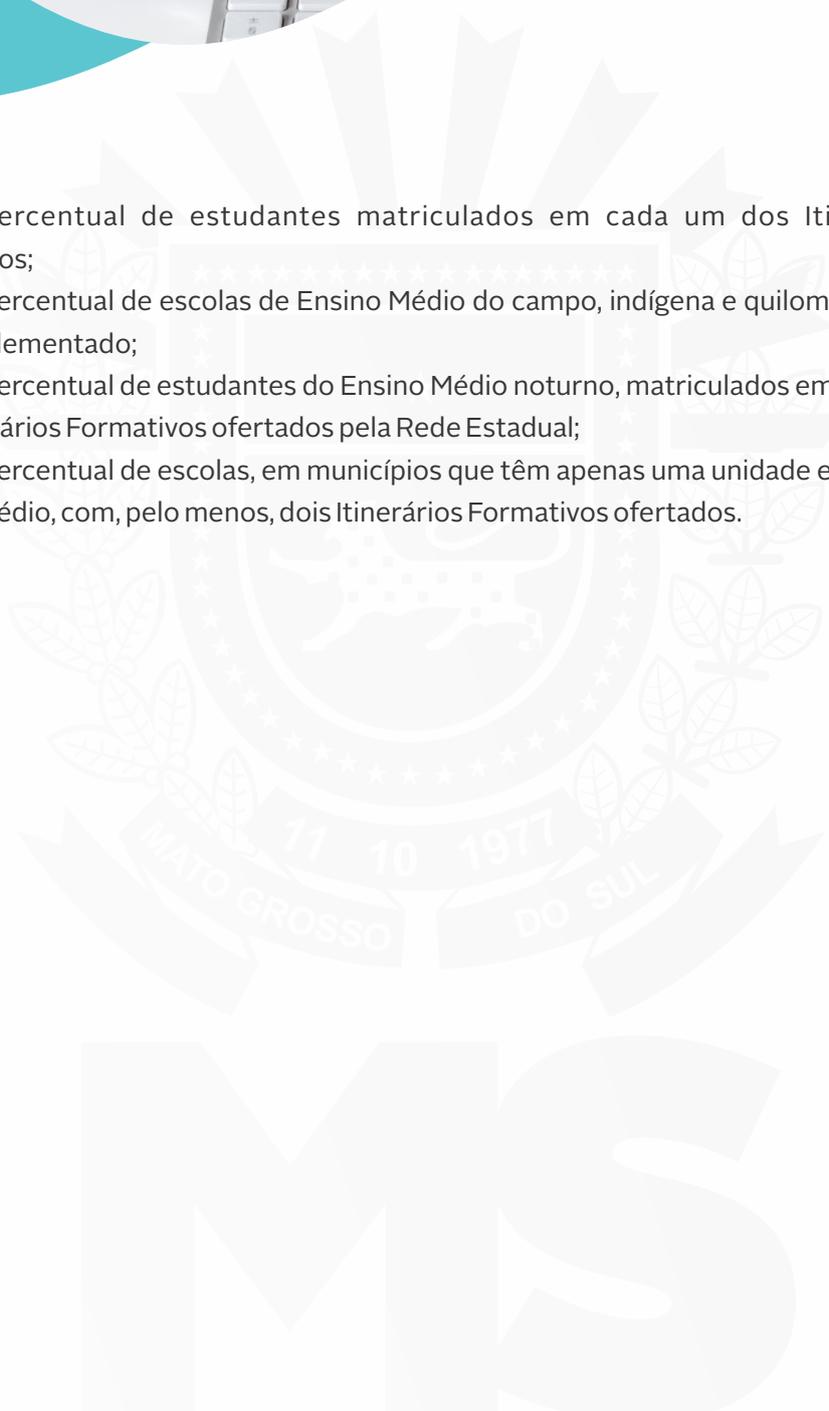
Fez-se necessária a criação de outros indicadores que serão calculados a partir da implementação do NEM, no ano de 2022. A evolução desses indicadores será acompanhada, anualmente, tendo como referência as metas a serem definidas após a implementação do NEM. Os novos indicadores criados são:

1. Percentual de escolas com, pelo menos, dois Itinerários Formativos ofertados;
2. Percentual de escolas com Indicador de Nível Socioeconômico – INSE baixo ou muito baixo com o NEM implantado ano a ano;
3. Percentual de estudantes matriculados em escolas com, pelo menos, 2 Itinerários Formativos disponíveis para sua escolha;
4. Percentual de distribuição de matrículas de meninos e de meninas nos diferentes Itinerários Formativos;
5. Percentual de distribuição de matrículas de meninas nos Itinerários Formativos de ciências naturais, matemática e tecnologias;
6. Percentual de escolas com oferta de Itinerários Formativos de formação técnica e profissional;



Foto: @PEXELS

7. Percentual de estudantes matriculados em cada um dos Itinerários Formativos;
8. Percentual de escolas de Ensino Médio do campo, indígena e quilombola com NEM implementado;
9. Percentual de estudantes do Ensino Médio noturno, matriculados em cada um dos Itinerários Formativos ofertados pela Rede Estadual;
10. Percentual de escolas, em municípios que têm apenas uma unidade escolar de Ensino Médio, com, pelo menos, dois Itinerários Formativos ofertados.



MMS

ANEXO

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO/SED Nº 3.776, DE 4 DE AGOSTO DE 2020.**

Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS).

Publicado no Diário Oficial n. 10.244, de 5 de agosto de 2020, páginas 9 e 10.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais,

Considerando a Portaria MEC n. 649, de 10 de julho de 2018, que institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, a adesão ao Programa firmado pela Secretaria de Estado de Educação por meio do Termo de Compromisso, assinado em 16 de agosto de 2018, e, em especial, o previsto no art. 12, inciso VIII, da referida Portaria;

Considerando a Lei Federal n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a qual alterou a Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecendo que a carga horária mínima anual no Ensino Médio deverá ser ampliada de forma progressiva, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos 1.000 horas anuais de carga horária, assim como que o currículo do Ensino Médio deverá ser composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino; e

Considerando as demais normas que estabelecem metas, prazos e condições para a implementação do Novo Ensino Médio,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), como canal de diálogo com o Comitê de Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, do Ministério da Educação.

Parágrafo único. Compete ao Comitê Estadual, de que trata o caput deste artigo, além de ser o canal de diálogo com o Comitê de Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, do Ministério da Educação, apreciar e validar os produtos gerados pela Comissão Executiva e sugerir à Secretaria de Estado de Educação a adoção de providências para sua implantação.

Art. 2º Compõe o Comitê Estadual os seguintes representantes da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS):

- I – Titular da Secretaria de Estado de Educação;
- II - Superintendente de Políticas Educacionais (SUPED);
- III - Superintendente de Informação e Tecnologia (SITEC);
- IV - Superintendente de Gestão de Pessoas (SUGESP);
- V - Superintendente de Planejamento e Apoio Institucional (SUPAI);
- VI - Superintendente de Administração das Regionais (SUARE);
- VII - Superintendente de Administração, Orçamento e Finanças (SUAOF);
- VIII - Diretor-Geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar (DGIAPE).

§ 1º Os membros do Comitê Estadual serão designados pelo Titular da Secretaria de Estado de Educação, à exceção deste, cuja competência é inerente ao cargo, e o presidirá.

§ 2º O Comitê Estadual não disporá de membros suplentes e, na impossibilidade de um deles não participar de alguma reunião, fica vedada a indicação de substituto.

§ 3º As reuniões do Comitê Estadual só poderão ocorrer com a participação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos seus membros.

Art. 3º O Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio disporá de uma Comissão Executiva, composta por representantes dos seguintes setores da SED/MS:

- I - Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional (COPEMEP);
- II - Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação (COPEED);
- III - Coordenadoria de Políticas para o Ensino Fundamental (COPEF);
- IV - Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial (COPESE);
- V - Coordenadoria de Psicologia Educacional (COPEDE);
- VI - Coordenadoria de Correção de Fluxo (CCORF);
- VII - Coordenadoria de Normatização das Políticas Educacionais (CONPED);
- VIII - Coordenadoria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (CFOR);
- IX - Assessoria de Comunicação (ASSCOM);
- X - Coordenadoria de Gestão Escolar (COGES);
- XI - Coordenadoria de Informações Gerenciais (COINGE);
- XII - Coordenadoria de Lotação (CORLOT);
- XIII - Coordenadoria de Tecnologia Educacional (COTED);
- XIV - Coordenadoria de Infraestrutura e Tecnologia (CODITEC);
- XV - Coordenadoria de Infraestrutura (COINF);
- XVI - Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN);
- XVII - Coordenadoria de Convênios (CCONV), e
- XVIII - Assessoria de Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ASBI).

§ 1º Os representantes dos setores que compõem a Comissão Executiva serão indicados pelos membros do Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio, relativamente aos setores vinculados a esses representantes, e designados por ato do Titular da Secretaria de Estado de Educação.

§ 2º A depender da especificidade da matéria, poderão ser indicados mais de um representante por setor.

§ 3º A Comissão Executiva será coordenada por um representante da Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional (COPEMEP).

Art. 4º Compete à Comissão Executiva:

I - realizar reuniões ordinárias, periodicamente;

II - elaborar o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio – PLI, com vistas a discutir, encaminhar propostas, realizar estudos, produzir diagnósticos, dentre outras ações que possam subsidiar a implementação do Novo Ensino Médio;

III - acompanhar a elaboração do currículo;

IV - elaborar Cronograma das ações contidas no Plano de Implementação do Novo Ensino Médio – PLI;

V - definir estratégia de diálogo e articulação com os parceiros;

VI - executar, monitorar e avaliar as ações contidas no PLI, a fim de subsidiar a Implementação do Novo Ensino Médio.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE/MS, 4 DE AGOSTO DE 2020.

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA

Secretária de Estado de Educação

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO
DO NOVO
ENSINO MÉDIO

REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO DO SUL

SED
Secretaria de Estado
de Educação



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul